



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
REDE NACIONAL**

MICHELLE LIMA CELESTINO

**TRANSPARÊNCIA ATIVA: UMA PROPOSTA PARA ABERTURA
DE DADOS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO
BRASIL**

RECIFE

2022

MICHELLE LIMA CELESTINO

**TRANSPARÊNCIA ATIVA: UMA PROPOSTA PARA ABERTURA
DE DADOS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao
Mestrado Profissional em Administração
Pública da Universidade Federal Rural de
Pernambuco (UFRPE), como um dos pré-
requisitos para obtenção do título de Mestre
em Administração Pública

Orientador: Professor Dr. Jorge da Silva
Correia Neto

RECIFE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C392t

Celestino, Michelle Lima

TRANSPARÊNCIA ATIVA: UMA PROPOSTA PARA ABERTURA DE DADOS NO CONTEXTO DA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL / Michelle Lima Celestino. - 2022.
96 f. : il.

Orientador: Jorge da Silva Correia Neto.
Inclui referências e apêndice(s).

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Mestrado Profissional em
Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), Recife, 2022.

1. Política de Dados Abertos. 2. Transparência. 3. Educação a Distância. 4. Universidade Aberta do Brasil. I. Neto,
Jorge da Silva Correia, orient. II. Título

CDD 350

MICHELLE LIMA CELESTINO

**TRANSPARÊNCIA ATIVA: UMA PROPOSTA PARA ABERTURA
DE DADOS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal Rural de Pernambuco – PROFIAP/UFRPE, como pré-requisito parcial para obtenção do título grau de Mestre em Administração Pública

Orientador: Professor Dr. Jorge da Silva Correia Neto

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge da Silva Correia Neto (Orientador,
Universidade Federal Rural de Pernambuco - PROFIAP/UFRPE)

Profª. Dra. Maria Conceição Melo Silva Luft (Examinadora Interna,
Universidade Federal de Sergipe - PROFIAP/UFS)

Prof. Dr. Ademir Macedo Nascimento (Examinador Externo,
Universidade de Pernambuco - UPE)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Maria da Conceição, à minha irmã, Mirelle Lima, e ao meu tio, Hugo Lima, por todo apoio durante minha trajetória de vida. Obrigada, mainha, pela dedicação na minha criação, a mulher que sou hoje é fruto do seu trabalho e amor. Obrigada, irmã, por ser minha maior fã, por sempre acreditar nos meus esforços e por torcer junto comigo no alcance das minhas conquistas. Obrigada, tio, por ser, muitas vezes, o alicerce durante minha criação.

Às minhas amigas por todo apoio, em especial, à Luisa Amanda dos Santos, à Juliana Maria Lima, à Mariana Queiroz e à Hellen Leite. Obrigada, amigas, por escolherem caminhar ao meu lado durante nossa jornada, por tantos momentos bons compartilhados, risadas, viagens, encontros, por serem tão presentes em minha vida.

Agradeço à equipe do Núcleo de Relações Institucionais (NURI) do Instituto IPÊ da UFRPE, obrigada por serem mais que colegas de trabalho, por serem amigos, e por partilharmos cada momento juntos com dedicação e bom-humor, Dalton Araújo, Eduardo Melo, Lívia Benevides, Geiverson Sena e Gustavo Gusmão, em especial, agradeço à Talita Vasconcelos, colega de trabalho, colega de curso, amiga e parceira de vida.

Ao meu orientador, Prof. Jorge, pelos melhores direcionamentos na pesquisa e por conduzir tudo com o sorriso de sempre. Muito obrigada.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da UFRPE.

Aos meus colegas da Turma 2019.2 do PROFIAP, pela união em todos os momentos, pela parceria e pelo apoio durante o curso.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a construção desta pesquisa, em especial, a Oscar Albuquerque. Obrigada!

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente
livres.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

A Política de Dados Abertos objetiva publicar e disseminar informações públicas na rede mundial de computadores de forma a permitir que os usuários possam aplicar e utilizar no desenvolvimento da sociedade. Essa abertura pode se dar de forma ativa, que é aquela na qual o ente público abre informações sobre seus atos, ou passiva, que é aquela em que o ente responde a uma informação requerida pelo cidadão. O Programa alvo da presente investigação foi a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que propicia a democratização do acesso ao ensino superior por meio da oferta de cursos no modelo da Educação a Distância (EAD). Assim, o Programa UAB também deve promover uma Política de Dados Abertos para que a sociedade tenha conhecimento da importância e dos resultados alcançados com sua implementação. Dessa forma, a pesquisa buscou delinear os conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas diversas estruturas de Educação a Distância (EAD) das universidades integrantes do sistema UAB. Para este fim, a pesquisa trouxe uma abordagem qualitativa-quantitativa de caráter exploratório-descritiva; quanto aos procedimentos, é classificada como bibliográfica, documental e *survey*. Como resultado, foram mapeados os dados estratégicos para abertura ativa nos portais da EAD das universidades, além de apresentar a percepção dos atores internos e externos à UFRPE acerca da transparência ativa no controle social e na qualidade na gestão pública.

Palavras-chave: Política de Dados Abertos, Transparência, Educação a Distância, Universidade Aberta do Brasil.

ABSTRACT

The Open Data Policy aims to publish and disseminate public information on the world wide web in order to allow users to apply and use it for the development of society. This opening can take place in an active way, which is the one in which the public entity opens information about its acts, or passive, which is the one in which the entity responds to information required by the citizen. The target Program of the present investigation was the Universidade Aberta do Brasil (UAB) which provides the democratization of access to higher education through the provision of courses in the Distance Education (EAD) model. Thus, the UAB Program must also promote an Open Data Policy so that society is aware of the importance and results achieved with its implementation. Thus, the research sought to outline the data sets that must be actively made available by the various Distance Education (EAD) structures of the universities that are part of the UAB system. To this end, the research brought a qualitative-quantitative approach of an exploratory-descriptive nature, regarding the procedures, it is classified as bibliographic, documentary and survey. As a result, strategic data were mapped for active opening in the EAD portals of universities, in addition to presenting the perception of internal and external actors to UFRPE about active transparency in social control and quality in public management.

Keywords: Open Data Policy, Transparency, Distance Education, Open University of Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pilares dos Dados Governamentais Abertos	24
Figura 2 - Portais e sistemas utilizados na produção de transparência de informações.....	26
Figura 3 – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação.....	28
Figura 4 – Acesso à Informação por busca de pedidos e respostas.....	29
Figura 5 – Polos de apoio presencial da UAB.....	37
Figura 6 – Desenho da Pesquisa.....	45
Figura 7 – Representação gráfica do grau de conhecimento da Política de Dados Abertos do Governo.....	56
Figura 8 – Representação gráfica do grau de importância da abertura de dados na promoção da transparência e do controle social na percepção dos respondentes.....	58
Figura 9 – Representação gráfica da demanda pela sociedade na percepção dos respondentes.....	61
Figura 10 – Incidência de quantidade de solicitações recebidas pelas IFES.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios dos Dados Governamentais Abertos (DGA).....	24
Quadro 2 – Normativos sobre Dados Governamentais Abertos (DGA).....	30
Quadro 3 – Principais Diretrizes da Política Nacional de Governo Aberto.....	32
Quadro 4 – Objetivos da Estratégia de Governo Digital.....	33
Quadro 5 – Finalidades do SIC da Universidade Federal Rural de Pernambuco.....	33
Quadro 6 – Objetivos do Sistema Universidade Aberta do Brasil.....	35
Quadro 7 – Cursos Ofertados pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia.....	36
Quadro 8 – Instrumentos de Coleta de Dados.....	41
Quadro 9 – Perfil dos entrevistados.....	46
Quadro 10 – Condições favoráveis do Programa UAB.....	47
Quadro 11 – Condições desfavoráveis do Programa UAB.....	48
Quadro 12 – Conhecimento prévio acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal.....	49
Quadro 13 – Conhecimento prévio acerca do PDA da UFRPE.....	50
Quadro 14 - O papel da abertura de dados.....	51
Quadro 15 – Principais dificuldades para abertura de dados no âmbito da UAEADTec.....	53
Quadro 16 – Perfil dos respondentes.....	55
Quadro 17 – Conhecimento sobre a Política de Dados Abertos do Governo Federal.....	56
Quadro 18 – Importância da abertura de dados na promoção da transparência e do controle social.....	57
Quadro 19 – Dados relevantes para disponibilização de forma ativa na percepção dos atores internos.....	59
Quadro 20 – Demanda de dados pela sociedade.....	60
Quadro 21 – Priorização de dados para disponibilização de forma ativa.....	61
Quadro 22 – Solicitações via LAI por IFES.....	62
Quadro 23 – Prazo de atendimento das solicitações por IFES.....	65
Quadro 24 – Levantamento dos elementos vinculados e frequência de ocorrência nas IFES.....	66
Quadro 25 – Apresentação dos PDAs por IFES.....	68

Quadro 26 – Informações sobre Censo da Educação Superior a Distância nos portais das IFES.....	69
Quadro 27 – Dados sobre Evasão nos portais das IFES.....	70
Quadro 28 – Informações sobre Cursos Online (<i>MOOC's</i>) nos portais das IFES.....	70
Quadro 29 – Conjuntos de Dados elaborados com base na demanda da sociedade.....	71
Quadro 30 – IFES integrantes do Sistema UAB.....	81
Quadro 31 – Esboço do roteiro de entrevista.....	85
Quadro 32 – Formulário aplicado aos Coordenadores de Polos da UAB.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CGD - Comitê de Governança Digital
- CGU – Controladoria Geral da União
- CF – Constituição Federal
- CNS - Conselho Nacional de Saúde
- CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
- CONSU – Conselho Universitário
- DGA – Dados Governamentais Abertos
- EAD – Educação a Distância
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- e-Gov – Governo Eletrônico
- e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
- Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação
- IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
- INDA - Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
- INEP – Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPES – Instituições Públicas de Ensino Superior
- LAI – Lei de Acesso à Informação
- MEC – Ministério da Educação
- MOOC - Massive Open On-line Course (MOOC)*
- MS – Ministério da Saúde
- ONGs - Organizações Não-Governamentais
- PDA – Plano de Dados Abertos
- REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
- SIC – Sistema de Informação ao Cidadão
- SIGPE - Sistema de Gestão de Pessoas
- SISU – Sistema de Seleção Unificada
- TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
- TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
- UAB – Sistema de Universidade Aberta do Brasil

UAEADTec – Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	17
1.2. PROBLEMA DE PESQUISA.....	18
1.3. JUSTIFICATIVA.....	18
1.4. OBJETIVOS.....	20
1.4.1. Objetivo Geral.....	20
1.4.2. Objetivos Específicos.....	20
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	22
2.1 DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS.....	22
2.2 TRANSPARÊNCIA ATIVA E A GOVERNANÇA DIGITAL.....	25
2.3 INSTRUMENTOS NORMATIVOS SOBRE DADOS ABERTOS.....	29
2.4 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL.....	34
3. METODOLOGIA.....	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	38
3.2 LÓCUS DA PESQUISA.....	39
3.3 COLETA DE DADOS.....	39
3.4 ASPECTOS ÉTICOS E MITIGAÇÃO DE RISCOS.....	42
3.5 ANÁLISE DE DADOS.....	43
3.6 DESENHO DA PESQUISA.....	44
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	46
4.1 PERCEPÇÃO DOS ATORES INTERNOS E EXTERNOS À UFRPE, INSERIDOS NO CONTEXTO DA UAEADTec.....	46
4.1.1. Percepção dos atores internos acerca da importância da UAB na Educação Superior.....	47
4.1.2. Percepção dos atores internos acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal.....	49
4.1.3. Percepção dos atores internos acerca do PDA da UFRPE.....	50
4.1.4. Percepção dos atores internos acerca do papel da abertura de dados e a promoção da transparência e do controle social.....	51
4.1.5. Percepção dos atores internos acerca das dificuldades para abertura de dados no âmbito da UAEADTec.....	53
4.1.6. Percepção dos atores externos acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal.....	54
4.2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA DE DADOS INTERNOS DA UAEADTec.....	58
4.3. MAPEAMENTO DOS DADOS ADMINISTRATIVOS/FINANCEIROS E ACADÊMICOS CONSIDERADOS ESTRATÉGICOS PELA ÓTICA DO ACESSO À INFORMAÇÃO DAS EAD DAS UNIVERSIDADES.....	62
4.3.1. Atendimento à LAI.....	64
4.3.2. Mapeamento dos Conjuntos de Dados.....	65
4.3.3. Categorização dos Conjuntos de Dados.....	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICES.....	80
APÊNDICE I – Lista IFES integrantes do Sistema UAB.....	80

APÊNDICE II - Solicitação de informações às universidades integrantes da UAB por meio da plataforma Fala.BR.....	82
APÊNDICE III - Roteiro de entrevista utilizado para os Coordenadores de Cursos, Coordenadora Geral dos Cursos de Graduação, Coordenador da UAB e Diretor Acadêmico da UAEADTec da UFRPE realizada por meio da ferramenta <i>Google Meet</i>	83
APÊNDICE IV - Formulário aplicado aos Coordenadores de Polos por meio da ferramenta <i>Google Forms</i>	85
APÊNDICE V - Relatório Técnico.....	90

1. INTRODUÇÃO

A transparência administrativa vai além da disponibilização de dados ou divulgação dos serviços prestados à sociedade, pois dar transparência é fomentar a participação social no exercício do seu direito de acesso à informação e contribuir para a tomada de decisão no âmbito público. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) não explicitou o princípio da transparência no rol dos princípios constitucionais, mas ele tem origem implícita no princípio da publicidade como estabelecido no Art. 37, visando legitimar as ações praticadas pela Administração Pública.

Conforme Zorzal e Rodrigues (2015), a transparência serve como uma ferramenta na gestão pública na promoção de uma administração mais aberta à participação social, contribuindo na transição da cultura do sigilo para a cultura de acesso à informação, com a disponibilização proativa de dados e informações.

Nesse contexto, o governo brasileiro vem construindo, desde a CF/88, um arcabouço legal para dar suporte a uma verdadeira Política de Dados Abertos. Esta política “objetiva a publicar e disseminar informações públicas na *web* de forma a permitir que, a partir do conhecimento dos dados, os cidadãos possam refletir, aplicar e utilizar informações para o desenvolvimento de toda a sociedade” (BRAGA; TUZZO, 2017, p. 49), em formato bruto e aberto, e tem como um dos princípios básicos a transparência.

A Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal foi instituída por meio do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, objetivando fomentar a oferta de dados e informações acessíveis ao público e possibilitando sua utilização livremente, no exercício da cidadania (BRASIL, 2016). Dada a importância da abertura dos dados governamentais à sociedade civil, foram criados diversos portais que promovem a participação do cidadão no controle das atividades e dos gastos públicos, a exemplo do Portal da Transparência e da Plataforma +Brasil.

Com a instituição da Política de Dados Abertos, os entes públicos federais da administração direta e indireta passaram a publicizar ações e estratégias para implementação e promoção da abertura de dados em seus âmbitos. Para dar suporte metodológico a essa abertura foram criados os Planos de Dados Abertos (PDA) para institucionalização e sistematização desse propósito.

Mas, como indica a literatura sobre transparência de dados, essa abertura pode ser dar de forma ativa ou passiva. O objetivo é controle social da ação do agente público, como refletem Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015) e Drehmer e Raupp (2018), a forma ativa, é aquela na qual o ente público abre, periodicamente, informações sobre seus atos, a passiva, é aquela em que o ente responde a algum questionamento do cidadão, gerando uma informação por ele requerida.

No contexto do ensino superior brasileiro, o Ministério da Educação (MEC) engloba, além das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), também, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na CAPES, além do Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), existe também o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), que coordena todas as ações de Educação a Distância (EAD) no país e tem uma importância fundamental na expansão do ensino superior.

Em 2020, a CAPES divulgou seu PDA para o biênio de outubro de 2020 a outubro de 2022, em consonância ao disposto nos incisos II, III e VI do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011). O citado documento destaca as metas cumpridas no biênio anterior e apresenta a proposta de abertura de novos dados, que passarão por revisões e ajustes periodicamente.

Para a CAPES (2020, p. 8), abertura de dados

Promove a transparência e, ao mesmo tempo, estimula o engajamento popular, ao aumentar a disponibilidade de informações atualizadas e de qualidade e, por esse motivo, a ação de abertura de dados governamentais possui impacto direto na melhoria da gestão pública e no estímulo ao controle social.

Mais especificamente sobre o Programa que será alvo da presente investigação, a UAB propicia a oferta de cursos de nível superior em diversos municípios brasileiros, a maioria distantes de grandes centros urbanos, por meio da modalidade EAD, com auxílio de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Assim, o Programa UAB também deve promover uma Política de Dados Abertos para que a sociedade tenha conhecimento da importância e dos resultados alcançados com a implementação do programa, com dados tanto administrativos / financeiros como com dados pedagógicos, sempre preservando o anonimato dos envolvidos.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) é uma das IFES que implementa cursos do programa, por meio dos polos conveniados com a UAB e,

demonstrando que a abertura de dados deixou de ser uma preocupação apenas de renomadas instituições públicas, aprovou, por meio da Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 045, de 03 de agosto de 2017, seu PDA 2017-2018, objetivando não só o atendimento à legislação, como também a participação social na definição da Política de Dados Abertos.

Como estabelece a citada Resolução, o PDA “é o principal instrumento da orientação das ações de implementação e promoção da publicação de dados, inclusive geoespecializados de uma organização” (UFRPE, 2017, p. 42).

Dessa forma, o PDA visa à coordenação da política de priorização da abertura de grupos de dados em formato aberto e contribui para promoção de uma gestão pública mais participativa.

1.1. DELIMITAÇÃO DO TEMA

Como refletem Sanchez e Marchiori (2017), a abertura dos dados públicos, bem como a participação popular no contexto de governo aberto e transparência pública de dados, se apresentam de forma multifacetada e a sistematização desses elementos pode promover, aos interessados, participação popular numa ação de Governo Aberto.

Assim, partindo da Política de Dados Abertos, o campo desta pesquisa é o conjunto das diversas estruturas organizacionais de Educação a Distância das universidades que compõem o Programa UAB. Cada universidade constituiu de maneira particular o programa, algumas criaram núcleos, outras criaram superintendências, outras criaram direções e outras criaram unidades. A UFRPE optou por uma estrutura de unidade acadêmica. Por isso, para efeitos desta pesquisa, o conjunto dessas diversas estruturas organizacionais será representado pela sigla EAD.

Dessa forma, busca-se investigar a disponibilização de dados em formato aberto, sob a ótica da transparência ativa, das EAD das universidades integrantes do sistema UAB, bem como, de demandas internas da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da UFRPE, pela ótica dos atores envolvidos desta unidade e pela ótica dos atores externos integrantes dos polos conveniados com a UAB, ligados à instituição. Assim, buscar-se-á contribuir para melhoria dos serviços prestados ao cidadão, atendendo ao princípio da legalidade e da transparência na gestão pública.

1.2. PROBLEMA DE PESQUISA

Subitamente, em escala mundial, viveu-se uma das maiores crises sanitária, econômica e social provocada pelo novo coronavírus (Covid-19), de proporções inimagináveis; assim, a pandemia transformou e desafiou a sociedade, e obrigou muitas instituições a se adaptarem repentinamente ao ensino remoto.

No âmbito das universidades federais, conforme o painel de monitoramento da rede federal de educação, divulgado no portal do Ministério da Educação (MEC), no período de 15/03/2020 a 31/05/2021, das 69 universidades existentes no Brasil, em relação a Graduação, tinha-se o registro de 24 que estavam com atividades remotas, 09 com o modo híbrido e 01 com atividade presencial. Já em relação a Pós-Graduação, tinha-se o registro de 25 com atividades remotas e 02 com o modo híbrido (MEC, 2021).

Por outro lado, conforme divulgado no portal do MEC, existem 555 polos da UAB, sendo 288 polos em atividade e 267 na fase de implantação. Além disso, o programa consta com a participação de 49 universidades federais, o que ressalta a importância de conhecer os resultados da EAD em comparação com os dados da educação tradicional.

Assim, mostra-se crucial conhecer os indicadores e resultados da EAD no âmbito público federal como forma de prestar contas à sociedade dos investimentos dispendidos no programa da UAB.

Tendo em vista a disponibilização do PDA da CAPES, e visando não só ao cumprimento legal de acesso à informação, mas também a um posicionamento estratégico de tratamento e disponibilização da informação produzida, a partir da priorização das bases de dados no PDA da CAPES, emergiu a seguinte indagação: quais conjuntos de dados devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes do sistema UAB?

1.3. JUSTIFICATIVA

Como já afirmava Belloni (2002, p. 125), “no Brasil, é difícil pesquisar sobre os aspectos propriamente técnicos ou pedagógicos das experiências de uso educativo de tecnologias [...] porque esbarramos sempre nas determinações econômicas e políticas”.

Neste sentido, o presente estudo se justifica por possibilitar a identificação do nível de abertura de dados públicos e acesso às informações nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrantes do sistema UAB, em relação à legislação vigente e à disponibilidade das informações por meio da transparência ativa.

Além disso, possibilita diagnosticar como as EAD estão contribuindo para a promoção de dados abertos ativos, ou seja, disponibilizados por iniciativa do próprio ente público, por meio de levantamento de informações, quanto ao cumprimento da legalidade e às normas internas das universidades as quais pertencem, mas também dos aspectos didático-pedagógicos aplicados com os alunos dessa modalidade.

Como a utilização de ferramentas e dispositivos de participação social viabilizam o acercamento entre o poder público e o cidadão (BAKA, 2016, *apud* SANCHEZ e MARCHIORI, 2017), o diagnóstico de dados abertos ativos das EAD direcionará a transparência ativa de dados públicos em atendimento à legislação e às demandas da sociedade.

Outro fator importante que definiu a escolha do tema refere-se aos avanços que os cursos superiores a distância, promovidos pelo sistema UAB, trazem para a educação superior no Brasil. Conforme Hernandez (2017), a universidade é desterritorializada fisicamente e reterritorializada no ambiente virtual, na rede de computadores, estando em consonância com as transformações que vêm ocorrendo no decorrer da última década, em virtude do surgimento de novas tecnologias e meios de comunicação. Dessa forma, é fundamental conhecer os indicadores de desempenho das EAD de forma que justifique o investimento público neste sistema de ensino.

Como já apontava Oliveira (2010), é imperativo a ampliação do Ensino Superior público no Brasil, por se tratar de um país continental, utilizando-se de outros meios que não apenas a educação presencial. Porém, essa democratização de acesso ao ensino superior deve ser desenvolvida com as estratégias apropriadas para valer-se dos recursos e das inovações proporcionadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Além disso, a UFRPE foi escolhida como *locus* da pesquisa, por dois motivos. O primeiro é o fato de a pesquisadora ser servidora desta universidade, o que facilita o acesso. O outro motivador é que esta IPES é uma das pioneiras em educação a distância no país, tendo iniciado a oferta de cursos nessa modalidade ainda em 2005 no âmbito do programa Pró-Licenciatura do MEC, também pelo fato de a instituição ser uma referência em sua região. Assim, esta pesquisa é um fator fundamental para conhecer o nível de abertura de dados da UAEADTec da UFRPE, em comparação com as EAD

integrantes do Programa UAB, bem como, a eficiência e resultados dessa modalidade de ensino, a fim de otimizar a transparência ativa e direcionar as ações do futuro da Educação a Distância no Brasil.

Um outro fator determinante para o desenvolvimento do estudo partiu da pesquisa realizada por Arruda (2017), que propôs a catalogação das bases de dados da UFRPE para construção do PDA da instituição, com isso, a pesquisa direciona a catalogação realizada para priorização dos dados da EAD a fim de disponibilizá-los ativamente. Além disso, a partir do estudo realizado por Nunes (2018), que buscou identificar, na percepção dos Institutos Federais, o alcance e a capacidade do PDA em promover a transparência, o controle social e a qualidade na gestão pública, a pesquisa buscou investigar a percepção dos atores internos e externos à UFRPE sobre a efetivação da Política de Dados Abertos no âmbito do Programa UAB.

1.4. OBJETIVOS

Esta seção evidencia os objetivos geral e específicos apontados no desenvolvimento do presente estudo.

1.4.1. Objetivo Geral

Como objetivo geral, o presente estudo buscou delinear os conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes do sistema UAB, como demandas de dados administrativos/financeiros e acadêmicos.

1.4.2. Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Investigar a execução da Política de Dados Abertos do Governo Federal no âmbito do Programa UAB, na percepção dos atores internos e externos à UFRPE, inseridos no contexto da UAEADTec;
- Identificar demandas de dados internos à UAEADTec da UFRPE;

- Mapear os dados administrativos/financeiros e acadêmicos considerados estratégicos pela ótica do acesso à informação das EAD das universidades;
- Apresentar um Relatório Técnico com os conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes do sistema UAB.

A partir da apresentação desse contexto da pesquisa, no capítulo 2 será feita uma revisão da literatura acerca de Dados Governamentais Abertos, Transparência Ativa e a Governança Digital, Instrumentos Normativos sobre Dados Abertos e Universidade Aberta do Brasil.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Um dos pilares da democracia é a fonte de informação diversificada, já que esta instituição política é uma exigência para a democracia em larga escala, e como afirma Dahl (2001), o acesso à informação diversificada assegura a cidadania inclusiva. Dessa forma, o cidadão, como ator principal a quem o Estado deve prestar contas, tem na democratização do acesso à informação a ferramenta de que precisa para fiscalizar as ações governamentais. Além disso, as ações governamentais têm na transparência ativa a prática necessária para inclusão e participação da população.

No contexto da América Latina, o acesso à informação possui iniciativas recentes, a exemplo de quando a Corte Interamericana dos Direitos Humanos reconheceu, em 2006, que o direito de acesso à informação pública é um direito humano fundamental (SILVA; KERR-PINHEIRO, 2016). A Internet é uma tecnologia que pode viabilizar maior interação entre a administração pública e a sociedade, tanto para os cidadãos que buscam por informações para participação do desenvolvimento das políticas públicas, quanto para o Governo no fornecimento de serviços informacionais mais eficientes.

A partir desse contexto teórico-conceitual, o presente capítulo se desenvolverá ao longo de quatro seções. A primeira, que é central para a presente pesquisa, conceituará Dados Governamentais Abertos. A segunda tratará sobre Transparência Ativa e Governança Digital. A terceira discorrerá sobre os Instrumentos Normativos vigentes e, por fim, a quarta apresentará o Sistema UAB, que é o *lócus* da pesquisa empírica.

2.1 DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS

Cada vez mais as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) têm sido utilizadas para aprimorar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelo Estado à população. Os Dados Governamentais Abertos (DGA) são dados do setor público com acesso livre, visando facilitar sua exploração e manipulação. Como afirmam Bertin *et al* (2019), o conceito de dados abertos é amplamente aplicado nos diversos setores para descrever todas as formas de dados disponíveis gratuitamente ao público.

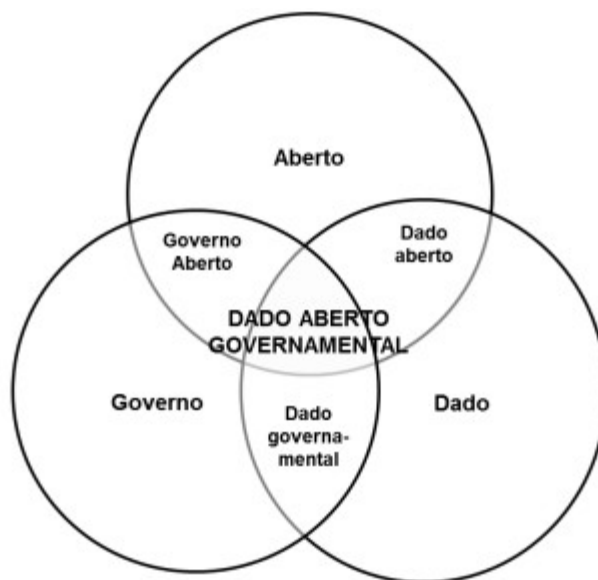
Nesse sentido, Ribeiro e Pereira (2015) afirmam que as TDIC estão sendo utilizadas para aperfeiçoar a qualidade da oferta de produtos e serviços pelo Estado, buscando uma maior participação dos cidadãos nas práticas de gestão pública. Mas, a modernização da administração pública precisa ser delineada. Como afirmam Oliveira e Santos (2019), monitorar as consequências da adoção da inovação no setor público pode ajudar a lidar com os desafios da dinâmica organizacional atual de forma planejada, em vez de improvisada e emergencial.

O acesso a este conteúdo pode permitir um maior acompanhamento das ações do poder público por parte da sociedade, gerando maior confiança no processo político. Por isso, como já afirmavam Ribeiro e Almeida (2011), desde o princípio dos anos 2000 muitas pesquisas no âmbito do Governo têm fortalecido o desenvolvimento de métodos, técnicas e ferramentas necessárias para a modernização da administração pública.

Dessa forma, uma administração pública eficaz é aquela com maior capacidade de disponibilização de informações para acompanhamento e participação da sociedade.

Assim, a Figura 1 materializa os pilares dos DGA, fazendo a intersecção entre dado, governo e aberto.

Figura 1 – Pilares dos Dados Governamentais Abertos



Fonte: Gonzalez-Zapata e Heeks (2015), *apud* Possamai (2016, p. 67).

Portanto, os DGA configuram-se em dados públicos produzidos pela administração pública e disponíveis em formato aberto.

Ademais, o Governo Aberto destaca-se por um conjunto de ações governamentais que visam entregar maior transparência e prestação de contas à sociedade. De maneira geral, tem como finalidade uma maior capacidade dos governos em atender às demandas dos cidadãos, por meio de uma gestão mais efetiva dos recursos públicos, proporcionando melhoria dos serviços prestados à coletividade. Por outro lado, o Dado Aberto é um dado livre de licença que permite sua utilização para finalidades diversas de acordo com as necessidades dos interessados. Assim, os DGA são resultados da publicação e da disseminação de informações pela Administração Pública.

Além disso, no final do século XX, para atender a uma gestão pública mais transparente, responsiva e eficiente, foram criados sítios e portais de governo eletrônico para prestar informações e serviços públicos à sociedade (POSSAMAI, 2016). Com isso, a transparência das atividades governamentais, a disseminação de dados e informações, produzidos pelos atores governamentais e registrados nos mais diversos formatos digitais, impôs novos desafios ao acesso à informação governamental. O Quadro 1 traz os princípios dos Dados Governamentais Abertos.

Quadro 1 – Princípios dos Dados Governamentais Abertos

1	COMPLETOS	Todos os dados públicos são disponibilizados. Dados são informações eletronicamente gravadas, incluindo, mas não se limitando a documentos, bancos de dados, transcrições e gravações audiovisuais. Dados públicos são dados que não estão sujeitos a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso, reguladas por estatutos.
2	PRIMÁRIOS	Os dados são publicados na forma coletada na fonte, com a mais fina granularidade possível, e não de forma agregada ou transformada.
3	ATUAIS	Os dados são disponibilizados o quanto rapidamente seja necessário para preservar o seu valor.
4	ACESSÍVEIS	Os dados são disponibilizados para o público mais amplo possível e para os propósitos mais variados possíveis.
5	PROCESSÁVEIS POR MÁQUINA	Os dados são razoavelmente estruturados para possibilitar o seu processamento automatizado.
6	ACESSO NÃO DISCRIMINATÓRIO	Os dados estão disponíveis a todos, sem que seja necessária identificação ou registro.
7	FORMATOS NÃO PROPRIETÁRIOS	Os dados estão disponíveis em um formato sobre o qual nenhum ente tenha controle exclusivo.
8	LIVRES DE LICENÇAS	Os dados não estão sujeitos a regulações de direitos autorais, marcas, patentes ou segredo industrial. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e controle de acesso podem ser permitidas na forma regulada por estatutos.

Fonte: Arruda (2019).

Dessa forma, Governo Aberto vai além da publicação de dados e informações à sociedade. Mas também, compreende uma maior participação social nas atividades do Estado, sendo cada vez mais debatido. E como aponta Possamai (2016, p. 65),

Foi no bojo da discussão e da promoção de um governo transparente e aberto à participação da sociedade no fazer público por meio do uso das novas tecnologias e mídias digitais que o tratamento dos dados e informações públicos foi efetivamente elevado à agenda de políticas públicas. Passou a ser discutido de maneira ampla, não apenas com técnicos dentro e fora da burocracia estatal, mas também com a população. (POSSAMAI, 2016, p. 65)

Foi nesse contexto que nasceu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, quando os DGA se constituíram enquanto política pública. Com isso, o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, formalizou a fomentação, a oferta de dados e informações acessíveis ao público e possibilitou a transparência e o acesso à informação. O arcabouço legal desta política será discutido em seção específica adiante.

2.2 TRANSPARÊNCIA ATIVA E A GOVERNANÇA DIGITAL

A transparência ativa consiste na informação que a administração pública disponibiliza ao cidadão sem que seja demandada. É a informação disponibilizada em cumprimento à LAI, sem necessidade de solicitações prévias. Por outro lado, aponta Nunes (2018), a transparência passiva é aquela em que o Governo atende a uma requisição do cidadão. Assim, o Estado aguarda a solicitação da sociedade para agir.

Essas formas de transparência se complementam. Ou seja, quando o Governo Federal disponibiliza informações está praticando a transparência ativa. Já quando responde a um pedido de informação registrado no Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), está realizando a transparência passiva. Assim, tanto a transparência ativa como a passiva são instrumentos que asseguram o exercício da cidadania por meio da disponibilização de informações públicas.

O SIC é a unidade responsável por atender os pedidos de acesso à informação na administração direta e indireta pública federal. Qualquer interessado, seja pessoa física ou jurídica, pode fazer uma solicitação de informação, sem a necessidade de justificativa. Mas, para que a solicitação seja atendida é preciso que o pedido seja claro e específico.

Conforme Verma (2005, *apud* Moura, 2016), o governo digital no Estado brasileiro teve início em 2000, sob a denominação de “e-Gov” (Governo Eletrônico). Contudo, outro conceito importante é o da Governança Digital, que não se limita ao acesso à informação por meio da transparência, mas abrange também a iniciativas de participação dos cidadãos na seara política. Essa iniciativa agregou uma série de

produtos e serviços visando aperfeiçoar a experiência democrática de acesso e uso da informação produzida na esfera pública.

De acordo com Verma (2005, *apud* Moura, 2016), a governança digital se refere ao emprego de TDIC com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços no âmbito público, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais transparente e eficaz.

O Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005, definiu a criação, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de sítios eletrônicos por meio dos quais devem ser divulgados os gastos públicos, a exemplo de procedimentos de licitações, contratos, convênios, dentre outros.

A Figura 2 traz alguns exemplos de portais e sistemas utilizados pelo Governo Federal.

Figura 2 – Portais e sistemas utilizados na produção de transparência de informações



Fonte: a autora (2022).

Dentre os sistemas citados na Figura 2, destacamos o Portal da Transparência do Governo Federal, lançado em 2004, a fim de possibilitar a consulta pela sociedade dos gastos públicos, com livre acesso. Como destaca Possamai (2016), o portal promove a participação do contribuinte no controle das atividades governamentais, por meio da fiscalização do destino dado aos recursos públicos.

Como forma de aprimorar o instrumento, o Decreto nº 5.482/05 formalizou a criação do Portal da Transparência, sob a responsabilidade da Controladoria Geral da União (CGU). Em seguida, em 2006, a Portaria Interministerial nº 140 da CGU, disciplinou a divulgação de dados e informações relativas à execução orçamentária e financeira pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Federal por meio desses portais.

Outro sistema de apoio à governança digital é o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Ele permite a elaboração, registro, controle, acompanhamento e gestão dos processos de concessão de diárias e passagens nos afastamentos a serviço da Administração Pública. O Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, possibilitou que diversas instituições públicas governamentais, empresas públicas e entidades de outras esferas e poderes pudessem compartilhar a sua utilização.

Mais um sistema importante para a governança digital é o Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEPE). Ele ampara os procedimentos de administração de recursos humanos e disponibiliza informações pertinentes aos servidores públicos federais, a exemplo de órgãos de lotação e exercício, além de outras informações inerentes à gestão de pessoas.

Já o Portal de Compras do Governo Federal é um sistema que integra informações a respeito dos procedimentos de aquisição de bens e serviços, como pregões eletrônicos, licitações, bem como informações a respeito de fornecedores.

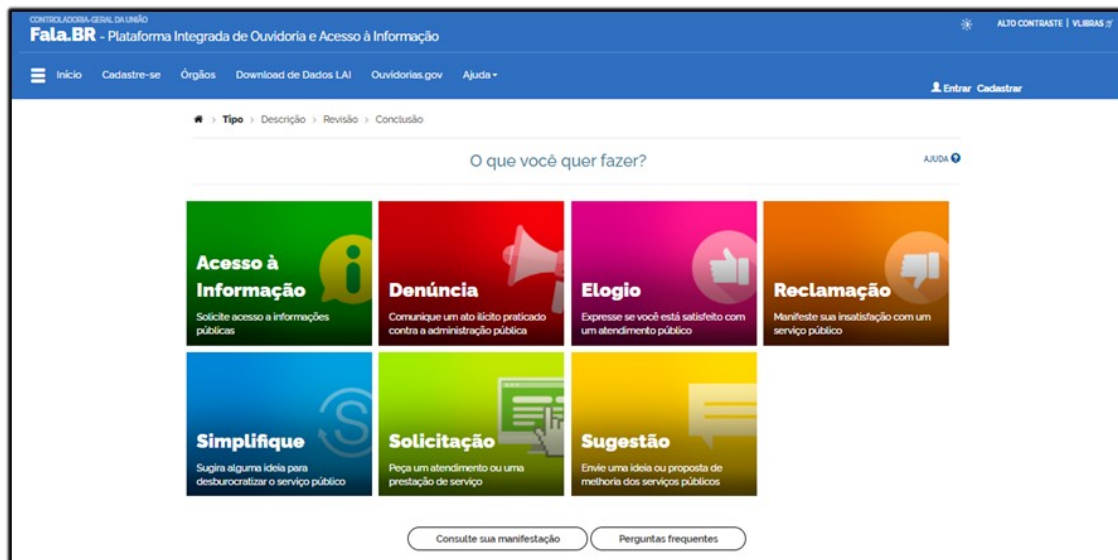
Contudo, estudo realizado sobre a divulgação das aquisições públicas nos portais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) constatou que a transparência ativa sobre as aquisições públicas das IFES ainda não era uma atividade estratégica e estruturada em seus respectivos portais (BELINSKI, 2017). E ao que tudo indica, atualmente ainda há muito o que avançar na disponibilização de dados abertos ativos e no controle social dos gastos públicos.

Outra plataforma importante para essa transparência é a Plataforma +Brasil, que é um sistema de dados abertos destinado à informatização e à operacionalização das transferências voluntárias de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União a órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital, municipal, direta ou indireta, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos. Assim, todos os procedimentos de celebração, execução e prestação de contas dos instrumentos firmados com recursos oriundos de tais transferências são realizados nesta plataforma, possibilitando o controle e fiscalização pela sociedade por meio do acesso livre, sem necessidade de cadastro e senha.

Por fim, é importante destacar a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) que é um sistema de Acesso à Informação e Ouvidoria do Governo Federal. Conforme CGU (2020), a plataforma integrada permite a qualquer cidadão encaminhar pedidos de informações públicas e manifestações a mais de 300 órgãos e entidades do Governo Federal, além de outras duas mil instâncias de todos os

entes e poderes da federação, como estados, municípios e serviços sociais autônomos que aderiram ao sistema. A Figura 3 traz as principais funcionalidades da Fala.BR.

Figura 3 – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação



Fonte: <https://falabr.cgu.gov.br/> (2022).

Assim, além do registro de pedidos e manifestações, a plataforma integrada permite acompanhar o cumprimento dos prazos; consultar as respostas recebidas; entrar com recursos; apresentar reclamações; entre outras ações, em conformidade com a LAI e o Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos (CGU,2020).

A política de governança digital no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para o período de 2020 a 2022, foi instituída pelo Decreto nº 10.332/2020. Como consta em seu Art. 9º, um dos objetivos a serem alcançados por meio da Estratégia de Governo Digital é o de conceder acesso amplo à informação e aos dados abertos governamentais, para possibilitar o exercício da cidadania e a inovação em tecnologias digitais (BRASIL, 2020).

Como indica CGU (2020), o sistema de Acesso à Informação permite que qualquer cidadão consulte os pedidos de informação, feitos com base na LAI, direcionados aos órgãos e às entidades do Poder Executivo Federal e as respectivas respostas fornecidas.

A Figura 4 mostra uma das principais funcionalidades do acesso à informação do Governo Federal, a busca de pedidos e respostas às informações solicitadas a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Figura 4 – Acesso à Informação por busca de pedidos e respostas

Acesso à Informação
GOVERNO FEDERAL

Sobre a Busca | Perguntas Frequentes | Download de Dados

Busca de pedidos e respostas

Busque aqui as respostas dadas aos pedidos de informação feitos a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. A pesquisa pode ser feita por palavra-chave ou por filtros específicos

Órgão:

Decisão:

[Busca Avançada](#)

Fonte: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/> (2022).

Assim, a CGU (2020) afirma que estão disponibilizados os pedidos que foram cadastrados na Plataforma Fala.BR, a partir de 31 de agosto de 2020, e no antigo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), a partir de 1º de julho de 2015, com exceção dos pedidos que contenham informações restritas ou sigilosas. O sistema e-SIC foi desativado e, em seu lugar, foi criado o Módulo Acesso à Informação integrado à Plataforma Fala.BR.

2.3 INSTRUMENTOS NORMATIVOS SOBRE DADOS ABERTOS

A CF/88 reconheceu que o direito à informação é um direito fundamental. Em seu inciso XXXIII do Art. 5º, estabelece:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Além disso, o Art. 37 trata dos princípios da Administração Pública, dentre eles, o princípio da publicidade que faz referência à divulgação dos atos da administração pública como requisito para sua eficácia externa, somando-se à exigência de transparência dos atos administrativos com a finalidade de um maior controle por parte dos administrados.

Nesse contexto, a responsabilidade das instituições públicas em disponibilizar informações sobre suas ações foi intensificada com a promulgação da LAI, que

adicionou novas obrigações às instituições públicas, reforçando o dever do Estado de garantir o direito de acesso à informação de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, dispondo também sobre a obrigação da divulgação de informações em sítios oficiais da *internet* (BRASIL, 2011).

A LAI assegurou os princípios básicos da administração pública, dentre eles, a Transparência Ativa e o intenso uso de *internet*, com a finalidade de promover o desenvolvimento do controle social dos atos da administração pública. Em seu Art. 8º, estabelece que os órgãos e entidades públicas devem promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

No campo da ciência, a publicação do Manifesto pela Ciência Cidadã, lançado em 2012, foi um marco histórico para definir a pesquisa como um bem público e promover novas formas de fazer ciência em democracia, pelo Acesso Aberto à informação científica (Bertin *et al.*, 2019).

O Quadro 2 traz os principais normativos que regulamentam os Dados Governamentais Abertos.

Quadro 2 – Normativos sobre Dados Governamentais Abertos (DGA)

Norma	Descrição
Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006	Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências.
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal - Lei de Acesso à Informação.
Instrução Normativa nº 4, de 12 abril de 2012	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA.
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações.
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos.
Decreto nº 10.160, de 09 de dezembro de 2019	Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto.
Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020	Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Fonte: a autora (2022).

A Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006, trata da divulgação de dados abertos na *internet* por órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Prevê, em seu Art. 2º a manutenção de sítios eletrônicos na internet página denominada "Transparência Pública" para este fim (BRASIL, 2006).

A LAI dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos entes federativos acerca do acesso à informação para fins de controle social, por isso, como indica Arruda (2019), é importante conhecê-la, a fim de diferenciar o tratamento dos dados produzidos internamente na organização da sua transformação em informações. Além disso, as informações produzidas são cruciais para utilização da sociedade, devendo estar disponibilizadas de forma ativa, conforme ordenam os ditames legais.

Conforme previsto em seu Art. 3º, os procedimentos previstos na LAI destinam-se a garantir o direito fundamental de acesso à informação, devendo ser executados em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública (BRASIL, 2011). Ademais, traz informações sobre as atividades exercidas pela Administração Pública, a exemplo de suas políticas, sua forma de organização, implementação, acompanhamento e resultados de seus programas, projetos e ações (POSSAMAI, 2016), além de informações sobre a utilização de recursos públicos, como aquisições de bens e serviços. Assim, segundo a autora, a LAI engloba informações contidas em documentos, físicos ou eletrônicos, produzidos pela administração pública, bem como, informações produzidas ou custodiadas por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades.

Portanto, esta lei é basilar para o acesso à informação, não só como forma de divulgação dos atos do Governo, mas também por prover condições da participação social na gestão governamental.

Outro ponto a destacar é o da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), estabelecida pela Instrução Normativa nº 04, de 12 de abril de 2012. Já em suas primeiras linhas trata da Parceria para Governo Aberto, que foi celebrada em setembro de 2011 entre o Brasil e sete outros países, cuja coliderança competiu ao Brasil nos anos de 2011 e 2012.

Em seu inciso VI do Art. 1º, conceitua dados abertos como:

Dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento (BRASIL, 2012).

Com isso, esta norma tem a finalidade de assegurar o acesso à informação aos cidadãos acerca dos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo federal.

Já o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, regulamenta a LAI e dispõe em seu Art. 7º acerca da Transparência Ativa, em que prevê a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pela Administração Pública, estabelecendo procedimentos de divulgação de informações, a exemplo de programas, projetos e ações, incluindo metas e resultados, bem como, respostas a perguntas mais frequentes, dentre outros.

Além disso, o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, estabelece em seu inciso III do Art. 2º que dados abertos são dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na Internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte (BRASIL, 2016).

O Decreto nº 10.160, de 09 de dezembro de 2019, dispõe sobre Política Nacional de Governo Aberto no âmbito do Poder Executivo federal. O Quadro 3 aponta as diretrizes desta política.

Quadro 3 – Principais Diretrizes da Política Nacional de Governo Aberto

Política Nacional de Governo Aberto	
Diretrizes	I - Aumento da disponibilidade de informações sobre as atividades governamentais, incluídos os dados sobre os gastos e o desempenho das ações e dos programas do Governo federal;
	II - Fomento à participação social nos processos decisórios;
	III - Estímulo ao uso de novas tecnologias que fomentem a inovação, o fortalecimento da governança pública e o aumento da transparência e da participação social na gestão e na prestação de serviços públicos;
	IV - Aumento dos processos de transparência, de acesso à informação e da utilização de tecnologias que subsidiem esses processos.

Fonte: BRASIL (2019).

Dessa forma, conforme as diretrizes descritas no Quadro 3, a Política Nacional de Governo Aberto será operacionalizada por meio de planos de ação, projetos, programas e políticas públicas que ampliem a transparência, o acesso à informação, e a melhoria na prestação de serviços públicos (BRASIL, 2019).

Por fim, o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, dispõe sobre a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022 no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. O Quadro 4 aponta os objetivos a serem alcançados por meio da Estratégia de Governo Digital.

Quadro 4 – Objetivos da Estratégia de Governo Digital

	Estratégia de Governo Digital
Objetivos	Oferecer serviços públicos digitais simples e intuitivos, consolidados em plataforma única e com avaliação de satisfação disponível;
	Conceder acesso amplo à informação e aos dados abertos governamentais, para possibilitar o exercício da cidadania e a inovação em tecnologias digitais;
	Promover a integração e a interoperabilidade das bases de dados governamentais;
	Promover políticas públicas baseadas em dados e evidências e em serviços preditivos e personalizados, com utilização de tecnologias emergentes;
	Implementar a Lei Geral de Proteção de Dados, no âmbito do Governo federal, e garantir a segurança das plataformas de governo digital;
	Disponibilizar a identificação digital ao cidadão;
	Adotar tecnologia de processos e serviços governamentais em nuvem como parte da estrutura tecnológica dos serviços e setores da administração pública federal;
	Otimizar as infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação;
	Formar equipes de governo com competências digitais.

Fonte: BRASIL (2020).

Além disso, o Decreto instituiu o Comitê de Governança Digital e estabeleceu sua forma de composição. Assim, o Comitê tem a finalidade de deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação (BRASIL, 2020).

No contexto da UFRPE, o SIC foi criado por meio da Resolução nº 112, de 06 de maio de 2013. Mas, apenas em 2021, passou a integrar a estrutura da Ouvidoria da UFRPE, por meio da Resolução nº 134, de 05 de novembro de 2021, do CONSU. O Quadro 5 aborda as finalidades do SIC da UFRPE.

Quadro 5 – Finalidades do SIC da Universidade Federal Rural de Pernambuco

	SIC da Universidade Federal Rural de Pernambuco
Finalidades	Atender e orientar o usuário quanto ao procedimento e tramitação do pedido de acesso à informação;
	Receber e controlar os pedidos de acesso e, sempre que possível, fornecer imediatamente a informação disponível em transparência ativa da Universidade;
	Encaminhar os pedidos de acesso à informação às instâncias administrativas e acadêmicas responsáveis pelo fornecimento da informação;
	Controlar os prazos de respostas aos pedidos de acesso à informação e aos recursos;
	Encaminhar ao usuário a resposta do pedido de acesso à informação;
	Auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios de transparência e de acesso à informação estabelecidos pela legislação.

Fonte: UFRPE (2021).

Dessa forma, a disponibilização dos dados internos produzidos pela UFRPE acontece em consonância com as determinações da LAI a fim de promover a transparência ativa de dados produzidos. Ressalta-se, ainda, que o acesso à informação e

a transparência de dados da administração pública também provêm de determinações da CF/88.

2.4 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

A abertura de dados é também dependente do contexto organizacional. O campo desta pesquisa é o programa UAB, cuja missão envolve a interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da Educação a Distância.

A legalização da EAD para o ensino superior ocorreu com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tratando no seu Art. 80 do desenvolvimento e da veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Com isso, este sistema de ensino promove a oferta de graduações e pós-graduações para todo o território nacional, tanto por instituições públicas como privadas.

Para Belloni (2002, p.124):

Quanto à educação a distância, o conceito tende a se transformar, pois uma das macrotendências que se pode vislumbrar no futuro próximo do campo educacional é uma “convergência de paradigmas” que unificará o ensino presencial e a distância, em formas novas e diversificadas que incluirão um uso muito mais intensificado das TIC.

O programa da UAB foi criado em 2005 pelo Ministério da Educação, e regulamentado pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Conforme estabelece seu Art. 1º, o programa tem a finalidade de desenvolver a modalidade de educação a distância, expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, especialmente no interior, onde havia pouquíssimas ofertas de cursos superiores.

Para Martins, Nascimento e Souza (2018), a UAB propicia a realização de cursos gratuitos em diversos municípios brasileiros, vários deles sem a presença física de *campus* das IES Públicas, por meio do modelo de ensino a distância intermediada pelas TDCI. Assim, a EAD proposta pelo programa é também desenvolvida num ambiente virtual, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), fazendo com que a universidade chegue a regiões mais remotas.

A União é financiadora da UAB e seu funcionamento envolve uma parceria com a CAPES. Para o Sistema UAB funcionar, existe uma rede que envolve o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais. As Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) ofertam os cursos e operacionalizam as viagens aos polos, enquanto os Governos Estaduais e Municipais são os mantenedores dos polos de apoio

presencial, onde o alunado tem suas aulas presenciais, avaliações, práticas laboratoriais, acesso à *internet* e uma vida acadêmica bem conduzida (MARTINS; NASCIMENTO; SOUZA, 2018).

O Quadro 6 aponta os objetivos do sistema UAB.

Quadro 6 – Objetivos do Sistema Universidade Aberta do Brasil

Objetivos	Sistema Universidade Aberta do Brasil
	I - Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
	II - Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
	III - Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
	IV - Ampliar o acesso à educação superior pública;
	V - Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
	VI - Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;
	VII - Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Fonte: BRASIL (2006).

Assim, a UAB veio auxiliar na democratização do acesso ao ensino superior público, rompendo as barreiras físicas e conectando universidade e alunos por meio da rede mundial de computadores.

Para Hernandez (2017), os polos de apoio presencial (Municípios, Estados e o Distrito Federal), são responsáveis pela infraestrutura para o funcionamento de cursos ofertados, principalmente pela construção e manutenção de laboratórios específicos, de bibliotecas compatíveis com o ensino a distância, que demandam recursos financeiros de alto custo para os municípios.

O autor afirma ainda, que uma das principais dificuldades do sistema é o fato de os cursos de graduação criados e desenvolvidos por esse acordo tripartite de colaboração não sejam regulares, funcionando de acordo com a demanda observada pela CAPES/UAB, com algumas regras para a oferta, que são ditadas por meio de editais (HERNANDES, 2017).

No contexto da UFRPE, a oferta de cursos na modalidade a distância iniciou em 2005, por meio do Programa Pró-Licenciatura do Ministério da Educação. Com a criação do Programa UAB, a instituição ingressou no mesmo ano no programa. A Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) ¹da UFRPE

¹ UFRPE-UAEADTec. Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia. Website. Disponível em: <<http://www.ead.ufrpe.br>>

oferta cursos de Graduação ministrados nas modalidades bacharelado, licenciatura ou formação profissional. Os cursos utilizam a metodologia semipresencial com encontros presenciais nos polos e acompanhamento pelo ambiente virtual. Além dos cursos de graduação, a unidade também oferta cursos de Pós-Graduação e Cursos de Aperfeiçoamento. O Quadro 7 traz os cursos ofertados pela UAEADTec/UFRPE.

Quadro 7 – Cursos Ofertados pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

Cursos da UAEADTec	
Graduação	Bacharelado em Administração Pública;
	Bacharelado em Sistemas de Informação;
	Licenciatura em Artes Visuais com ênfase em Digitais;
	Licenciatura em Computação;
	Licenciatura em Física;
	Licenciatura em História;
	Licenciatura em Letras;
	Licenciatura em Pedagogia.
Pós-Graduação (Stricto Sensu)	Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia e Educação a Distância;
	Mestrado em Estudos da Linguagem.
Pós-Graduação (Latu Sensu)	Especialização em Artes e Tecnologia;
	Especialização em Ensino de Astronomia e Ciências Afins;
	Especialização em Gestão Pública;
	Especialização em Gestão Pública Municipal.

Fonte: <http://www.ead.ufrpe.br/cursos> (2022).

O mecanismo de ingresso aos cursos de graduação se dá pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O candidato precisa se submeter ao exame no ano anterior à oferta. Já a entrada, esta não utiliza o Sistema de Seleção Unificada (SISU), mas sim, um edital publicado pela Pró-Reitora de Ensino de Graduação (PREG) e divulgado amplamente no *site* da instituição e em veículos de comunicação.

Atualmente, a unidade conta com 16 polos de apoio presencial nos estados de Pernambuco e da Bahia. A Figura 5 demonstra os polos de apoio presencial da UAB.

Figura 5 – Polos de apoio presencial da UAB



Fonte: <http://www.ead.ufrpe.br/polos> (2022).

Tendo em vista a importância da UAB no cerne da educação superior no Brasil, não menos importante são as informações produzidas e disponibilizadas à sociedade por este sistema. Desta forma, o presente estudo vem contribuir no diagnóstico da transparência ativa das universidades integrantes do programa. A seguir, estão descritos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos para atendimento aos objetivos da pesquisa. Adotou-se a pesquisa qualitativa-quantitativa de caráter exploratório-descritivo, a opção por utilizar as duas abordagens justifica-se pela possibilidade de uma melhor compreensão do objeto investigado. Desse modo, o capítulo será dividido em 6 seções: caracterização do estudo, *locus* da pesquisa, coleta de dados, aspectos éticos e mitigações de risco, análise de dados e desenho da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Quanto à natureza, a abordagem metodológica empregada foi tipificada como qualitativa-quantitativa. O aspecto qualitativo, como aponta Flick (2004) tem como propósito a exploração do novo, criando ou fortalecendo as teorias existentes, permitindo a ótica e as interpretações do pesquisador, bem como direcionar essas condutas às interações e objetivo da pesquisa. Dessa forma, inicialmente foi realizada uma pesquisa teórica, para contextualizar o tema envolvendo DGA e aspectos relacionados à transparência ativa, bem como, a legislação aplicada ao campo de estudo. Em seguida, foram observados dentro desse aspecto qualitativo as fontes oficiais de dados disponibilizadas pela plataforma Fala.BR, sob a ótica do acesso à informação do Governo Federal.

Quanto ao aspecto quantitativo, como afirma Richardson (1999), é o emprego da quantificação, tanto na coleta de dados como no tratamento deles, a partir de técnicas estatísticas. Considerando que o enfoque dado pelo estudo foi o da descrição desses, dentro do campo da estatística descritiva, a descrição dos dados é realizada por meio da definição de medidas de variabilidade

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi considerada do tipo exploratório-descritiva, pois visa à descrição das características de determinado grupo ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008). Assim, foram observadas as demandas de informações encaminhadas às EAD, das universidades integrantes do sistema UAB, bem como, a percepção dos atores internos e externos à UAEADTec para se estabelecer a priorização de dados para abertura sob a ótica da transparência ativa.

No tocante à pesquisa exploratória, pretendeu-se ter uma visão mais genérica do nível de conhecimento dos atores internos e externos atuantes na UAEADTec e nos

polos conveniados com a UAB, ligados à UFRPE, acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal. Além disso, identificar a percepção desses atores quanto às principais dificuldades para abertura de dados no contexto da UAB. Quanto ao aspecto descritivo, a pesquisa tem a finalidade de descrever os conjuntos de dados abertos que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD destas universidades.

No que diz respeito aos procedimentos, o estudo foi classificado como bibliográfico, documental e *survey*. Bibliográfico porque buscou em estudos relacionados com a temática de DGA; documental porque utilizou os normativos legais aplicados ao objeto de estudo e informações existentes na Plataforma Fala.BR para o desenvolvimento da pesquisa; e por fim, *survey*, pois utilizou formulário estruturado para a coleta de dados junto aos Coordenadores de polos da UAEADTec, bem como, entrevistas junto aos Coordenadores de Cursos, à Coordenadora Geral dos Cursos de Graduação, ao Coordenador da UAB e ao Diretor Acadêmico da UAEADTec.

3.2 LÓCUS DA PESQUISA

O *Lócus* desta pesquisa foram as EAD das universidades federais integrantes do Sistema UAB, como demanda de dados externos, incluindo a UAEADTec da UFRPE, como demanda de dados internos. Assim, a demanda de dados externos apontou as solicitações da sociedade, enquanto requisitantes de dados, e a demanda de dados internos apontou os dados que devem ser disponibilizados de forma aberta sob a perspectiva dos atores envolvidos na UAEADTec, como integrante do Programa UAB no Estado de Pernambuco. No Apêndice I consta as IFES integrantes do Sistema UAB.

3.3 COLETA DE DADOS

Para a coleta dos dados adotou-se o método da triangulação de distintas fontes de dados. A triangulação de dados trouxe uma compreensão mais densa sobre fato investigado.

Na primeira fase da coleta de dados, foi realizada uma análise documental a partir dos dados coletados em fontes oficiais de Dados Abertos, utilizando a Plataforma Fala.BR para coleta de informações, objetivando o cumprimento do objetivo específico de mapear os dados considerados estratégicos pela ótica do acesso à informação das EAD das universidades. A pesquisa documental tem como base fontes primárias, que

não receberam tratamento científico, como relatórios, reportagens, e outros documentos (OLIVEIRA, 2007)

Assim, foi requisitado por meio da plataforma Fala.BR a todas as universidades integrantes do Programa UAB, as solicitações demandadas pela sociedade com a temática da EAD no período de 2020-2021, conforme Apêndice II.

Na segunda fase da coleta de dados, foram realizadas entrevistas com os Coordenadores de Cursos (07), com a Coordenadora Geral dos Cursos de Graduação (01), com o Coordenador da UAB (01) e com o Diretor Acadêmico (01) da UAEADTec, assim, foram realizadas 10 (dez) entrevistas, entre os meses de fevereiro e março de 2022, após a fase de pesquisa documental.

A entrevista foi semiestruturada, ou seja, com a criação de roteiro que apontou os temas a serem tratados, além disso, foi realizada em ambiente virtual por meio da ferramenta *Google Meet*. Para Flick (2004) a entrevista semiestruturada é ideal para obtenção de informações mais detalhadas, uma vez que dá margem ao pesquisador para esclarecer e aprofundar os temas tratados, apresentando uma vantagem sobre uma entrevista fechada ou questionários, conforme Apêndice III. Cada entrevista teve a duração média entre 20 e 30 minutos e foram gravadas e transcritas a fim de facilitar a análise dos dados.

Por fim, no tocante à última fase da coleta de dados, foi realizada aplicação de questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas, utilizando a ferramenta *Google Forms*. O questionário foi aplicado aos Coordenadores dos Polos da UAB ligados à UFRPE, que somam um total de 16 (dezesesseis) Coordenadores, como aponta a Figura 5. Somando-se ao grupo, houve a participação de uma ex-coordenadora, que por ter deixado a coordenação recentemente, sua contribuição foi considerada importante, assim, o total de participantes foram 17 (dezesete).

A construção das perguntas do questionário foi baseada na revisão da literatura que fundamenta esta pesquisa, a fim de atender aos objetivos específicos propostos referentes ao mapeamento dos dados estratégicos, bem como, a percepção dos coordenadores acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal, conforme o Apêndice IV. Para a validação do questionário foi realizado um pré-teste com uma Ex-Coordenadora de Polo, a fim de observar a existência de ambiguidade, falta de clareza e o tempo de duração estimado

Quanto ao critério de inclusão dos participantes da pesquisa, participaram os colaboradores e servidores, respectivamente, atuantes nas funções de Coordenadores de

Polos, Coordenadores de Cursos, Coordenadora Geral dos Cursos de Graduação, Coordenador da UAB e Diretor Acadêmico da UAEADTec, mediante anuência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nas informações obtidas pela Plataforma Fala.BR, participaram apenas instituições integrantes do Sistema UAB.

Quanto ao critério de exclusão, não participaram servidores ou colaboradores que não ocupam as funções elencadas no critério de inclusão; indivíduos que não fazem parte do quadro da UFRPE ou que não são coordenadores de polos conveniados com a UAB ligados à UFRPE. Nas informações obtidas pela Plataforma Fala.BR, não participaram instituições que não fazem parte do Sistema UAB.

Para atendimento ao Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, que trata sobre orientações e procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, foram observadas algumas atenções a fim de preservar a proteção, a segurança e os direitos dos participantes da pesquisa.

Em relação ao convite enviado aos participantes, este foi realizado em ambiente virtual, com vistas a impedir a identificação, enviando e-mails individuais. Além disso, foi apresentado o TCLE a fim de garantir anuência para a participação voluntária dos participantes.

O Quadro 8 sintetiza os instrumentos de coleta de dados adotados no estudo.

Quadro 8 – Instrumentos de Coleta de Dados

OBJETIVO ESPECÍFICO	REFERENCIAL TEÓRICO	COLETA
Investigar a execução da Política de Dados Abertos do Governo Federal no âmbito do Programa UAB, na percepção dos atores internos e externos à UFRPE, inseridos no contexto da UAEADTec.	Atores internos e externos à UFRPE, atuantes na UAEADTec.	Entrevistas e questionário estruturado.
Identificar demandas de dados internos à UAEADTec da UFRPE.	Atores internos à UFRPE, atuantes na UAEADTec.	Entrevistas.
Mapear os dados administrativos/financeiros e acadêmicos considerados estratégicos pela ótica do acesso à informação das EAD das universidades.	Sociedade como fonte de demandas de Dados Abertos (Plataforma Fala.BR) das IFES integrantes do sistema UAB.	Solicitação por meio da Plataforma Fala.BR.
Apresentar Relatório Técnico com os conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes do sistema UAB.	Resultados da Pesquisa.	N/A.

Fonte: a autora (2022).

3.4 ASPECTOS ÉTICOS E MITIGAÇÃO DE RISCOS

Por meio da Plataforma Brasil, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos CEP/UFRPE, subordinado às diretrizes do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), a fim de obter o termo de anuência de pesquisa. Assim, obteve sua aprovação por meio do Parecer Consubstanciado do CEP sob o nº 5.102.256, CAAE: 51670021.9.0000.9547.

Os dados obtidos por meio de entrevista, formulário e informações institucionais advindas da Plataforma Fala.BR, foram pautados em uma conduta moralmente correta atendendo aos aspectos éticos esperados em um trabalho científico, orientando-se pelas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, bem como pelo Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS do Ministério da Saúde, para atendimento dos procedimentos éticos necessários à realização do estudo.

Quanto aos riscos, o desenvolvimento da pesquisa conjecturou a existência de riscos eventuais para identificação do respondente e/ou cansaço durante o preenchimento do formulário. Os riscos apresentam nível baixo, de modo que foram atenuados e seus efeitos negativos minimizados. Em relação à identificação do respondente, a entrevista e o formulário de pesquisa apresentaram o TCLE, indicando que as informações adquiridas no estudo foram utilizadas somente para o desenvolvimento da pesquisa, bem como que a coleta destes dados não possuiu fins financeiros e nem seriam repassadas a terceiros, com atendimento às disposições elencadas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Ainda que contenha seção de caracterização do perfil do respondente, a entrevista e o formulário analisaram o polo da UAB de atuação, a função exercida, tempo de serviço no local, e, por fim, nível de qualificação, dirimindo o risco de uma eventual identificação pessoal por parte dos respondentes. Assim, o contato entre o pesquisador e respondentes ocorreu em ambiente virtual, de acordo com os dispositivos do Ofício Circular Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

O convite foi realizado de forma a não permitir identificação dos participantes, nem visualização de seus dados, de modo que foram enviados e-mails individuais. Quanto ao cansaço durante a entrevista ou preenchimento do questionário, tem-se que a entrevista durou entre 20 e 30 minutos e as assertivas apresentadas no formulário foram

numeradas, possuindo um tempo de preenchimento estimado em 15 minutos. Além disso, as assertivas e alternativas de escolha apresentaram estrutura análoga ao longo do formulário, com apenas uma pergunta em formato aberto, atenuando o risco relacionado ao cansaço.

Quanto aos benefícios, a Política de Dados abertos tem o objetivo de publicar e disseminar informações públicas na *web* de forma a permitir que os cidadãos possam aplicar e utilizar no desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, o cidadão tem na democratização do acesso à informação a ferramenta de que precisa para fiscalizar as ações governamentais. Assim, os conjuntos de dados que podem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes do sistema UAB, como instrumento da transparência ativa, é a prática necessária para inclusão e participação da população. Portanto, os benefícios da pesquisa mostram-se superiores aos riscos identificados.

As informações e resultados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, pelo período mínimo 5 (cinco) anos, sendo garantida a divulgação dos resultados aos participantes, conforme disposições da Norma Operacional nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Para análise dos dados coletados, adotou-se a análise de conteúdo a fim de garantir o alcance dos objetivos propostos. Para Bardin (2016), análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos sistemáticos de análise das comunicações qualitativas ou quantitativas, aplicados ao conteúdo das mensagens a fim de observar a inferência dos significados. A inferência e a interpretação dos dados objetivam encontrar significados que não se mostram de forma clara nos diálogos da entrevista. Dessa forma, a utilização desta técnica de análise de conteúdo foi considerada a mais adequada para o cumprimento dos fins desta pesquisa.

O procedimento da análise de conteúdo seguiu a abordagem qualitativa, utilizando a construção de categorias de acordo com os eixos temáticos, sendo aplicada em etapas: i) pré-análise; ii) exploração do material e, iii) tratamento dos dados e interpretação.

Na primeira fase, ocorreu a seleção e organização do material e a definição dos procedimentos a serem seguidos. Nessa fase, foi reunido o *corpus* dos documentos

relacionados às informações coletadas por meio do sistema Fala.BR, em seguida, foram identificados os eixos temáticos abordados. Quanto às entrevistas, estas foram transcritas com vistas à evidenciação dos temas significativos para as próximas etapas. Quanto aos dados coletados por meio de questionário estruturado, foi realizada uma leitura reflexiva para identificação dos eixos temáticos abordados.

Na segunda fase, adveio a codificação e categorização dos dados coletados para selecionar as unidades de registro. Para a execução dessa fase, o material foi desmembrado em unidades de registro construídos em eixos temáticos a fim de identificar os núcleos de sentido ao redor dos quais o discurso se organiza.

A terceira e última fase ocorreu a análise crítica, tendo como escopo o processo dedutivo ou inferencial dos resultados obtidos de encontro com a revisão da literatura.

Além disso, a pesquisa baseia-se na estatística descritiva para a demonstração dos resultados. Kazmier (1982) afirma que esta análise descritiva de dados pode ocorrer por meio de duas formas de medidas: medidas de tendência central e medidas de variabilidade. As medidas de tendência central “são úteis por identificarem um valor “típico” em um grupo de valores”. E as medidas de variabilidade “dizem respeito à descrição de um grupo em termos da variabilidade existente entre os itens incluídos dentro do grupo” (KAZMIER, 1982, p. 45). Assim, o estudo tem por objetivo a descrição do conjunto de dados abertos encontrados na pesquisa a fim de possibilitar a identificação de quais dados devem ser disponibilizados de forma ativa.

Com vistas a facilitar a compreensão do texto, as fases de exploração do material e tratamento dos dados e interpretação serão detalhadas no capítulo Resultados e Discussões.

3.6 DESENHO DA PESQUISA

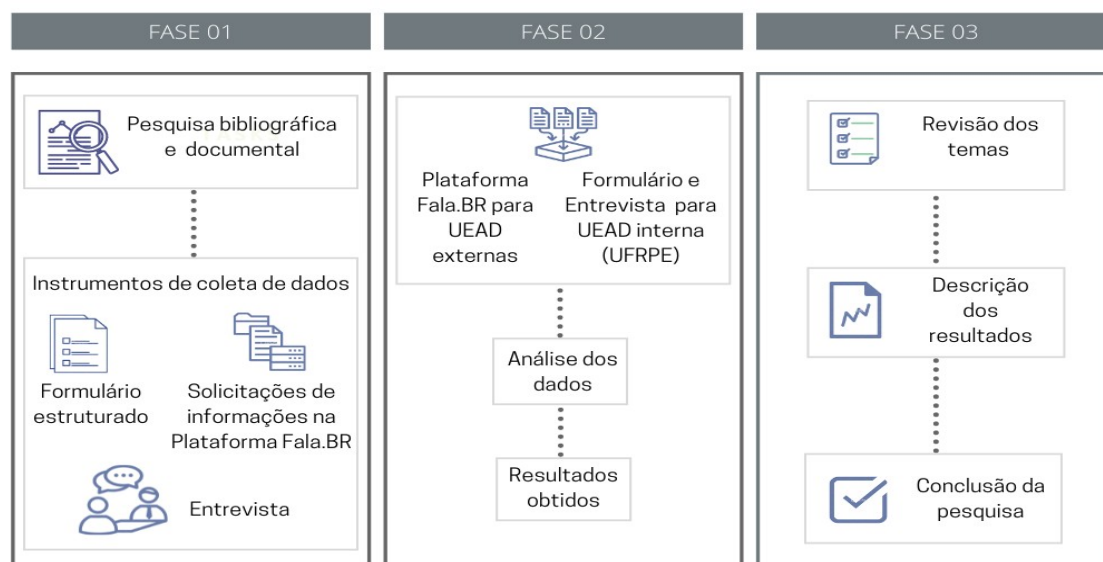
A metodologia é dividida em etapas:

- 1) pesquisa bibliográfica e documental que forneça o referencial teórico necessário para verificar questões conceituais para ampliar os conhecimentos acerca dos DGA, da transparência ativa, instrumentos normativos e do sistema UAB;
- 2) solicitação de informações utilizando a Plataforma Fala.BR para coleta de dados das EAD das universidades integrantes da UAB;

- 3) entrevistas com os Coordenadores de Cursos, Coordenadora Geral dos Cursos de Graduação, Coordenador da UAB e Diretor Acadêmico da UAEADTec da UFRPE;
- 4) elaboração de questionário estruturado, utilizando a ferramenta *Google Forms* para os Coordenadores de Polos da UAB, ligados à UFRPE.

A Figura 6 sintetiza as etapas dos procedimentos metodológicos realizados.

Figura 6 – Desenho da Pesquisa



Fonte: a autora (2022).

A seguir serão apresentados os resultados e discussões da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo está dividido em seções ordenadas de acordo com os objetivos específicos propostos nesta pesquisa. Cada seção possui suas respectivas descrições e interpretações da análise de dados, visando ao alcance de cada objetivo específico, bem como no alcance do objetivo geral. A seguir serão apresentados os resultados obtidos nas entrevistas e na aplicação do questionário estruturado.

4.1. PERCEPÇÃO DOS ATORES INTERNOS E EXTERNOS À UFRPE, INSERIDOS NO CONTEXTO DA UAEADTec

Esse objetivo específico será contemplado a partir dos resultados obtidos nas entrevistas realizadas e na aplicação do questionário estruturado.

Os entrevistados foram os Coordenadores de Cursos, a Coordenadora Geral dos Cursos de Graduação, o Coordenador da UAB e o Diretor Acadêmico da UAEADTec/UFRPE, totalizando 10 (dez) entrevistados. Os dados obtidos foram categorizados de acordo com as temáticas abordadas durante a entrevista envolvendo: i) importância da UAB na Educação Superior; ii) percepção dos atores acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal; iii) conhecimento acerca do PDA da UFRPE; iv) o papel da abertura de dados na promoção da transparência e do controle social; v) demanda de dados internos da EAD e; vi) principais dificuldades para abertura de dados no âmbito da UAEADTec. O Quadro 9 contém a codificação aplicada e o perfil dos entrevistados.

Quadro 9 – Perfil dos entrevistados

ID	FORMAÇÃO	ESCOLARIDADE	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO CARGO
Entrevistado 1	Administração	Doutor (a)	2 anos
Entrevistado 2	Letras	Doutor (a)	2 anos
Entrevistado 3	Física	Doutor (a)	3 anos
Entrevistado 4	Bacharelado em Ciência da Computação	Doutor (a)	2 anos
Entrevistado 5	Sistema de Informação	Doutor (a)	3 anos
Entrevistado 6	Licenciatura em História	Doutor (a)	3 anos
Entrevistado 7	Ciência da Computação	Doutor (a)	3 anos
Entrevistado 8	Ciências Biológicas	Doutor (a)	3 anos
Entrevistado 9	Letras	Doutor (a)	3 anos
Entrevistado 10	Computação e Administração	Doutor (a)	3,5 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No tocante à terceira fase da análise de conteúdo, o tratamento dos dados e interpretação das informações, foi realizada a análise dos diálogos. A seguir serão apresentados os resultados obtidos nessa análise. Em cada seção estão apresentadas as categorias, acompanhadas das respectivas descrições e interpretações. Concluindo a seção, será avaliada a percepção geral dos respondentes.

4.1.1. Percepção dos atores internos acerca da importância da UAB na Educação Superior

Nesta seção será apresentada a análise do diálogo envolvendo a importância do Programa UAB: condições favoráveis e desfavoráveis.

4.1.1.1 Condições favoráveis

Inicialmente, será apresentada a categoria de “condições favoráveis” do Programa UAB na educação superior brasileira (Quadro 10).

Quadro 10 – Condições favoráveis do Programa UAB

ID	CONDIÇÕES FAVORÁVEIS
Entrevistado 1	Difundir a educação superior no Brasil
Entrevistado 2	Suprir uma necessidade da educação superior no país
Entrevistado 3	Formação de professores em áreas com escassez
Entrevistado 4	Abranger regiões fora dos grandes centros urbanos
Entrevistado 5	Fomentar cursos que utilizam ferramentas digitais
Entrevistado 6	Oportunizar a expansão do ensino superior para todo o Brasil
Entrevistado 7	Desenvolver regiões fora dos centros urbanos
Entrevistado 8	Oportunizar acesso ao ensino superior
Entrevistado 9	Expandir educação superior no Brasil
Entrevistado 10	Expandir educação superior no Brasil

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O entrevistado 1 explica que, na perspectiva de oferta de curso superior, o Programa UAB é um programa estratégico tanto por questões financeiras, quanto por questões demográficas, por isso, de importância social e econômica.

Na visão dos entrevistados, o Sistema UAB veio suprir uma necessidade de expansão da educação superior, cujo mercado era dominado pelas instituições particulares e concentrado nos grandes centros urbanos, especialmente sendo o Brasil um país de dimensões continentais. Ademais, vale salientar que o Programa UAB nasceu antes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais (REUNI), portanto, a UAB veio atingir regiões que não eram abrangidas pela educação superior a fim de ofertar cursos a distância com qualidade.

Além disso, a UAB tem atuado no interior, em áreas com grande escassez de docentes do ensino básico, contribuindo para a formação de alunos fora dos grandes centros urbanos. Como apontou *Hernandes (2017)*, a UAB objetivou resolver um grave problema da educação no Brasil, a falta de professores com formação superior, além de promover cursos de formação continuada para a melhoria da qualidade da educação básica. Outro fato importante é que o programa contempla cursos de acordo com as necessidades e prioridades de cada região, possibilitando o desenvolvimento local a partir da formação desses profissionais.

Além disso, como aponta o entrevistado 6,

O programa poderia ser transformado numa política pública maior, tendo em vista sua grandeza, mas com a mesma perspectiva da natureza que constitui a EAD em si, que tem as suas especificidades, sendo necessário melhorar, aprofundar, ampliar e enriquecer a relação com os recursos midiáticos, com o digital, que é a exigência atual.

Portanto, a maior contribuição do Programa UAB é a expansão da educação superior no Brasil por meio do modelo de educação a distância.

4.1.1.2 Condições desfavoráveis

Quanto à categoria das “condições desfavoráveis” do Programa UAB na educação superior brasileira, o Quadro 11 traz a análise dos relatos dos entrevistados.

Quadro 11 – Condições desfavoráveis do Programa UAB

ID	CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS
Entrevistado 1	Falta de alinhamento com os atores envolvidos
Entrevistado 2	Não mencionado
Entrevistado 3	Não mencionado
Entrevistado 4	Não mencionado
Entrevistado 5	Não mencionado
Entrevistado 6	Não mencionado
Entrevistado 7	Não mencionado
Entrevistado 8	Não mencionado
Entrevistado 9	Desconfiança na qualidade dos cursos EAD
Entrevistado 10	Estagnação e decréscimo com mudança de governo

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A execução do Programa UAB é fruto de um acordo que envolve três atores, o Ministério da Educação (MEC) que é o ente financiador, as universidades que implementam e gerem os cursos, e o polo que é mantido por prefeitura municipal ou por governo estadual. Na visão dos entrevistados, a falta de alinhamento entre esses

atores prejudica a execução do programa. Como já apontava *Hernandes (2017)*, os cursos criados e desenvolvidos, oriundos desse acordo tripartite, não são regulares, funcionando de acordo com a demanda observada pela CAPES/UAB, obedecendo a algumas regras para a oferta, estabelecidas em editais. Assim, como cada edital é um projeto, não há uma continuidade, dificultando o planejamento de longo prazo para as universidades. Além disso, como não são abertos editais todos os anos, não há continuidade das ofertas.

Um outro fator desfavorável está relacionado com a desconfiança da sociedade na qualidade da formação profissional nesse modelo de educação, mas, para o entrevistado 9, “esse aspecto vem diminuindo a cada dia e o Sistema UAB é um dos responsáveis pela ruptura desse paradigma”.

Além disso, observa-se que, com a mudança de governo essa falta de alinhamento tende a piorar, já que o aporte de recursos destinados ao programa cresce ou diminui de acordo com as prioridades da gestão. Desse modo, com a alternância de gestão governamental o que se vê são momentos de estagnação e decréscimo do programa gerando menos oferta, menos polos, menos alunos.

4.1.2. Percepção dos atores internos acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal

Nesta seção será apresentada a percepção dos atores internos acerca da Política de Dados Abertos em promover a transparência e o controle social, envolvendo o conhecimento prévio sobre a política. Quanto à categoria “conhecimento prévio sobre a Política de Dados Abertos do Governo Federal”, o Quadro 12 demonstra o nível de conhecimento dos entrevistados.

Quadro 12 – Conhecimento prévio acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal

ID	CONHECIMENTO SOBRE A POLÍTICA DE DADOS ABERTOS
Entrevistado 1	Não conhecia
Entrevistado 2	Conhecia
Entrevistado 3	Não conhecia
Entrevistado 4	Não conhecia
Entrevistado 5	Conhecia pouco
Entrevistado 6	Conhecia pouco
Entrevistado 7	Conhecia
Entrevistado 8	Conhecia
Entrevistado 9	Não conhecia
Entrevistado 10	Conhecia

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Quadro 12 aponta que do universo de entrevistados 40% não conheciam a Política de Dados Abertos do Governo Federal, enquanto 40% afirmaram que conheciam, por fim, 20% informaram que conheciam pouco.

O entrevistado 1 informou que por ser da área de administração existe mais facilidade em perpassar por esses temas. Já para o entrevistado 2, o Governo Federal vem anunciando bastante a política, principalmente com a promulgação da LAI. Somando-se a essas questões levantadas, o entrevistado 10 afirmou que se trata de um princípio constitucional que o Governo está materializando na prática, sendo a “transparência o termo maior por trás dessa política”.

Como observou Nunes (2018), os envolvidos devem ser esclarecidos sobre dados abertos e transparência, bem como a diferença entre esses termos. Além disso, devem compreender a importância dessa iniciativa, a fim disponibilizar e atualizar os dados publicados.

Dessa forma, considerando o nível de conhecimento apresentado, para desenvolver o trabalho de abertura de dados, o primeiro passo seria o nivelamento de conhecimento dos participantes. Os atores internos precisam ter ciência do que é essa política, suas principais finalidades e como será implementada no âmbito institucional para a sistematização e disponibilização de dados.

4.1.3. Percepção dos atores internos acerca do PDA da UFRPE

Nesta seção será analisada a percepção dos atores acerca do papel do PDA em promover a transparência e a qualidade na gestão pública. Quanto à categoria “conhecimento prévio sobre a PDA da UFRPE”, o Quadro 13 demonstra o nível de conhecimento dos entrevistados.

Quadro 13 – Conhecimento prévio acerca do PDA da UFRPE

ID	CONHECIMENTO SOBRE O PDA DA UFRPE
Entrevistado 1	Não conhecia
Entrevistado 2	Conhece pouco
Entrevistado 3	Não conhecia
Entrevistado 4	Não conhecia
Entrevistado 5	Conhece pouco
Entrevistado 6	Não conhece
Entrevistado 7	Não conhece
Entrevistado 8	Conhece
Entrevistado 9	Não conhece
Entrevistado 10	Conhece

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Quadro 13 aponta que do universo de entrevistados 60% não conheciam o PDA da UFRPE, enquanto 20% afirmaram que conheciam, por fim, 20% informaram que conheciam pouco.

Apesar de a Resolução nº 045, de 03 de agosto de 2017, que aprovou o PDA 2017-2018, pelo CONSU da UFRPE em atendimento à legislação e à participação social na definição da Política de Dados Abertos, até a escrita dos resultados desta pesquisa o PDA não havia sido disponibilizado no portal da universidade, pois não havia sido aprovado no Comitê de Governança Digital (CGD) da UFRPE.

No estudo realizado por Nunes (2018), já foi observado que existe uma dificuldade em executar ações após a aprovação do PDA, apontando falhas no monitoramento e controle. Para o autor, a Comissão de elaboração do PDA precisa estar ciente que seu trabalho continuará após a elaboração do plano e deveria acompanhar essas ações de perto a fim de levantar informações que permitam a atualização e melhoria do PDA.

Portanto, tendo em vista que o PDA da UFRPE foi elaborado no período de 2017-2018 e em 2019 foi aberta uma consulta pública para atualização do inventário de suas bases de dados, com previsão de aprovação em 2022 pelo CGD, existe uma defasagem de tempo que pode suscitar novamente alterações/atualizações no plano aprovado, com vistas a acompanhar tanto as demandas internas quanto as demandas da sociedade por informações.

4.1.4. Percepção dos atores internos acerca do papel da abertura de dados e a promoção da transparência e do controle social

Nesta seção será discutida a percepção dos atores quanto ao papel da abertura de dados na promoção da transparência e controle social. Quanto à categoria “promoção da transparência e do controle social”, o Quadro 14 traz a análise dos diálogos acerca do papel da abertura de dados.

O Quadro 14 aponta que do universo de entrevistados 60% mencionaram transparência, enquanto 20% mencionaram acesso à informação, por fim, 20% mencionaram controle social.

Na visão dos entrevistados, a informação é um dos recursos mais importantes da atualidade. Assim, na medida em que informações são disponibilizadas, as atividades realizadas por órgãos ou instituições públicas tornam-se de conhecimento da sociedade,

o que aumenta a credibilidade do trabalho desenvolvido por esses entes. Além disso, é uma forma de prestar contas à sociedade civil sobre a destinação o dinheiro público.

Quadro 14 – O papel da abertura de dados

ID	O PAPEL DA ABERTURA DE DADOS
Entrevistado 1	Acesso à informação
Entrevistado 2	Transparência
Entrevistado 3	Transparência
Entrevistado 4	Transparência
Entrevistado 5	Acesso à informação
Entrevistado 6	Controle social
Entrevistado 7	Transparência
Entrevistado 8	Transparência
Entrevistado 9	Transparência
Entrevistado 10	Controle social

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Por outro lado, alguns entrevistados observaram que há dificuldade na utilização desses recursos de informação para um maior controle social pelos cidadãos. Para o entrevistado 10, “não é a grande massa que vai fazer o controle social, mas as pequenas Organizações Não-Governamentais (ONGs) que trabalham a transparência, fazendo esse papel de ser um cidadão mais atuante e apontando mudanças”. Somando-se a isso, alguns entrevistados apontaram a ausência de discussão sobre dado aberto e o direito à privacidade como ponto fundamental para o desenvolvimento da transparência.

Corroborando com os apontamentos dos entrevistados no parágrafo anterior, um estudo realizado por Michener, Contreras e Niskier (2018), que avaliou a LAI no Brasil após cinco anos da sua promulgação, observou que o acesso eletrônico à plataforma de informações desenvolvida pela GGU, conhecida como e-SIC, atualmente Plataforma Fala.BR, permitia aos cidadãos enviar solicitações e recursos, bem como visualizar as respostas *online*, e que apesar de a CGU fornecer gratuitamente o *software* e instruções técnicas para a sua implementação, à época oito estados e doze capitais ainda não utilizavam tal sistema.

Dessa forma, promover transparência e controle social vai muito além de disponibilizar informações. É preciso dar condições técnicas e torná-las acessíveis, de fácil compreensão e manipulação, para que a sociedade de fato participe da administração pública, enquanto financiadores e destinatários dos serviços públicos.

4.1.5. Percepção dos atores internos acerca das dificuldades para abertura de dados no âmbito da UAEADTec

Nesta seção serão analisadas as principais dificuldades, na percepção dos entrevistados, acerca da abertura de dados no âmbito da UAEADTec. Quanto à categoria “dificuldades para abertura de dados”, o Quadro 15 aponta os problemas enfrentados para a abertura de dados na visão dos entrevistados.

Quadro 15 – Principais dificuldades para abertura de dados no âmbito da UAEADTec

ID	DIFICULDADES PARA ABERTURA DE DADOS
Entrevistado 1	Cultura organizacional Recursos humanos Falta de previsibilidade de editais
Entrevistado 2	Tecnologia Recursos humanos
Entrevistado 3	Recursos humanos Padronização de procedimentos
Entrevistado 4	Recursos humanos
Entrevistado 5	Falta de previsibilidade de editais
Entrevistado 6	Recursos humanos
Entrevistado 7	Coleta de dados
Entrevistado 8	Planejamento
Entrevistado 9	Recursos humanos
Entrevistado 10	Recursos humanos

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Quadro 15 destaca que do universo de entrevistados 70% mencionaram recursos humanos, enquanto 20% mencionaram falta de previsibilidade de editais, por fim, 10% mencionaram cultura organizacional, tecnologia, padronização de procedimentos, coleta de dados e planejamento.

Na visão dos entrevistados, a principal dificuldade para abertura de dados é a falta de recursos humanos. Com o quadro de pessoal reduzido, muitas vezes o coordenador de curso acumula funções, já que os sistemas de gestão acadêmica são institucionais e os colaboradores terceirizados não possuem acesso. Com isso, não existe pessoal dedicado a trabalhar com a abertura de dados e auxiliar às unidades. Portanto, a maior necessidade é a de pessoal para organização, sistematização e disponibilização desses dados, como afirmou o entrevistado 9.

Entrevistado 9: Um empecilho é ter pessoal especializado para o tratamento desses dados, essa é a realidade da unidade enquanto participe do programa da UAB e, enquanto órgão compromissado com a publicização dos dados. Esse é um problema. Esse funcionamento apartado da UAB dificultou a operacionalização de muitas atividades.

De acordo com o entrevistado 10, o segundo ponto é o tempo dos atores principais, que são os coordenadores de cursos são peças-chave para abrir esses dados. É necessário ter uma equipe mínima de gestão dentro da unidade acadêmica que possa se dedicar mensalmente à geração desses dados.

Além disso, não se trata apenas de disponibilizar os dados, mas fornecer acesso fácil para que as pessoas encontrem a informação e a compreendam. Por isso, o objetivo e justificativa para abertura do corpo de dados precisam ser claros, bem como sua importância para a sociedade. Isso requer padronização de procedimentos, planejamento e organização.

Por outro lado, para o entrevistado 1, a falta de previsibilidade de oferta de editais pela UAB prejudica o planejamento da instituição de ensino. Em consonância com o entrevistado 1, o entrevistado 5 afirma que a falta de regularidade na abertura de oferta, prejudica não só no planejamento da instituição, mas também o ingresso de novos alunos e a sociedade de um modo geral. Como já observou Hernandez (2017), os principais problemas gerados pela falta de regularidade dos cursos, tendo em vista que a oferta é realizada por meio de editais, se referem ao número mínimo de vagas exigidas pela UAB para que esses cursos sejam aprovados e ofertados pelas IPES.

Diante disso, observa-se que a integração entre a UAB e as IFES acontece pela oferta de editais, e como não existe uma regularidade nessa oferta, inviabiliza o planejamento das instituições de ensino, bem como dos polos de apoio presencial, visto que se trata de uma relação tripartite. Além disso, por ser um programa, se constitui na forma de projeto e não de uma atividade contínua.

A próxima seção tratará os resultados obtidos nos questionários estruturados.

4.1.6. Percepção dos atores externos acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal

Nesta seção será apresentada a análise dos resultados obtidos na aplicação do questionário estruturado. O questionário foi respondido pelos Coordenadores dos Polos da UAB ligados à UFRPE, que somam um total de 16 (dezesesseis) Coordenadores, além de uma ex-coordenadora, desligada da coordenação recentemente, sendo sua participação fundamental para pesquisa, assim, o total de participantes foram 17 (dezesete).

Os dados obtidos foram categorizados de acordo com as temáticas abordadas no questionário estruturado, envolvendo: i) nível de conhecimento dos atores externos

sobre a Política de Dados Abertos do Governo Federal, ii) importância abertura de dados na promoção da transparência e do controle social, iii) percepção acerca dos dados mais demandados pela sociedade e iv) quais dados da Educação a Distância deveriam ser priorizados para abertura de forma ativa. O Quadro 16 contém a codificação aplicada e o perfil dos respondentes.

Quadro 16 – Perfil dos respondentes

ID	ESCOLARIDADE	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA COORDENAÇÃO DO POLO
Respondente 1	Mestre (a)	Mais de 5 (cinco) anos
Respondente 2	Mestre (a)	Mais de 5 (cinco) anos
Respondente 3	Graduado (a)	Mais de 5 (cinco) anos
Respondente 4	Mestre (a)	Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos
Respondente 5	Mestre (a)	Mais de 5 (cinco) anos
Respondente 6	Graduado (a)	Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos
Respondente 7	Mestre (a)	Menos de 1 (um) ano
Respondente 8	Mestre (a)	Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos
Respondente 9	Graduado (a)	Entre 1 (um) e 2 (dois) anos
Respondente 10	Graduado (a)	Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos
Respondente 11	Mestre (a)	Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos
Respondente 12	Mestre (a)	Mais de 5 (cinco) anos
Respondente 13	Graduado (a)	Mais de 5 (cinco) anos
Respondente 14	Graduado (a)	Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos
Respondente 15	Pós-Doutor (a)	Mais de 5 (cinco) anos
Respondente 16	Doutor (a)	Mais de 5 (cinco) anos
Respondente 17	Graduado (a)	Mais de 5 (cinco) anos

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto à terceira fase da análise de conteúdo, o tratamento dos dados e interpretação das informações, foi realizada a análise das respostas obtidas. Adiante serão apresentados os resultados obtidos com a análise. Em cada seção estão apresentadas as categorias, seguidas das respectivas descrições e interpretações. Finalizando a seção, será avaliada a percepção geral dos respondentes.

4.1.6.1. Nível de conhecimento dos atores externos acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal

Nesta seção será apresentado o nível de conhecimento dos atores externos acerca da Política de Dados Abertos em promover a transparência e o controle social. Quanto à categoria “nível de conhecimento sobre a Política de Dados Abertos do Governo Federal”, o Quadro 17 demonstra o grau de conhecimento dos respondentes.

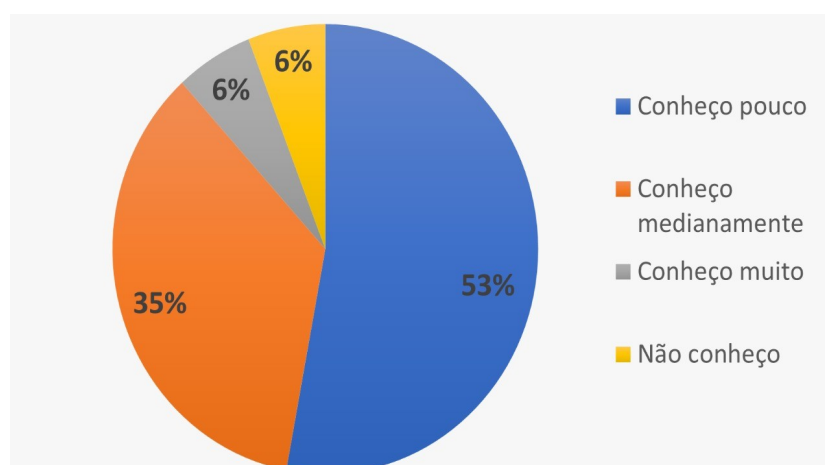
Quadro 17 – Conhecimento sobre a Política de Dados Abertos do Governo Federal

ID	GRAU DE CONHECIMENTO
Respondente 1	Conheço muito
Respondente 2	Conheço pouco
Respondente 3	Conheço medianamente
Respondente 4	Conheço medianamente
Respondente 5	Conheço medianamente
Respondente 6	Não conheço
Respondente 7	Conheço pouco
Respondente 8	Conheço pouco
Respondente 9	Conheço pouco
Respondente 10	Conheço medianamente
Respondente 11	Conheço pouco
Respondente 12	Conheço pouco
Respondente 13	Conheço pouco
Respondente 14	Conheço pouco
Respondente 15	Conheço medianamente
Respondente 16	Conheço medianamente
Respondente 17	Conheço pouco

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Quadro 17 aponta que do universo de respondentes 52,94% declararam que conheciam pouco a Política de Dados Abertos do Governo Federal, enquanto 35,29% declararam que conheciam medianamente, 5,88% declararam que conhecia muito, e por fim, 5,88%% declararam que não conheciam, dados demonstrados graficamente na Figura 7.

Figura 7 – Representação gráfica do grau de conhecimento da Política de Dados Abertos do Governo Federal



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Conforme Martins e Souza (2018), os polos funcionam como uma expansão das universidades e, para tanto, o atendimento dos seus processos administrativos e pedagógicos depende financeiramente do mantenedor (prefeitura/ governo estadual), e

não da Universidade. Desse modo, como ator externo à universidade, para efeitos da estruturação da Política de Dados Abertos os Coordenadores de Polos não podem atuar ativamente na organização, sistematização e disponibilização dos dados. Contudo, são importantes fontes de informação. Assim, precisam ser incluídos no processo de estruturação desta política na instituição de ensino.

4.1.6.2. Importância da abertura de dados na promoção da transparência e do controle social

Nesta seção será apresentada a percepção dos respondentes acerca da importância da abertura de dados na promoção da transparência e do controle social. Quanto à categoria “importância da abertura de dados na promoção da transparência e do controle social”, o Quadro 18 aponta o grau de importância declarado pelos respondentes.

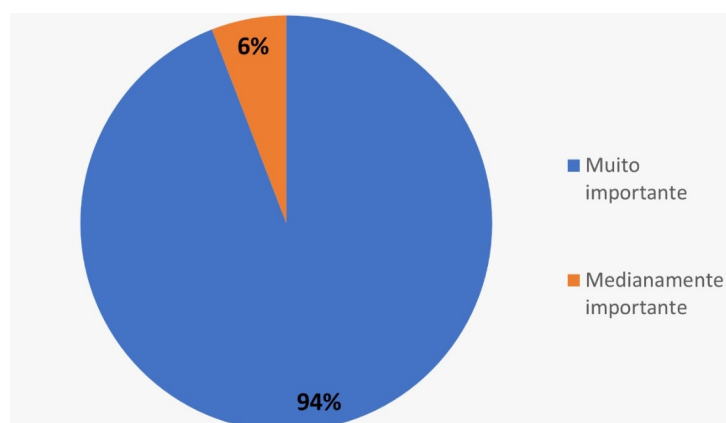
Quadro 18 – Importância da abertura de dados na promoção da transparência e do controle social

ID	GRAU DE IMPORTÂNCIA
Respondente 1	Muito importante
Respondente 2	Muito importante
Respondente 3	Muito importante
Respondente 4	Muito importante
Respondente 5	Muito importante
Respondente 6	Muito importante
Respondente 7	Muito importante
Respondente 8	Muito importante
Respondente 9	Muito importante
Respondente 10	Muito importante
Respondente 11	Muito importante
Respondente 12	Muito importante
Respondente 13	Muito importante
Respondente 14	Muito importante
Respondente 15	Medianamente importante
Respondente 16	Muito importante
Respondente 17	Muito importante

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Quadro 18 mostra que do universo de respondentes 94,11% declararam que a abertura de dados é muito importante para promoção da transparência e do controle social, enquanto 5,88% declararam que é medianamente importante, dados demonstrados graficamente na Figura 8.

Figura 8 – Representação gráfica do grau de importância da abertura de dados na promoção da transparência e do controle social na percepção dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Em consonância com o estudo de Nunes (2018), que observou a percepção dos Institutos Federais sobre o alcance e a capacidade do PDA em promover a transparência e o controle social, apesar desses institutos reconhecerem a importância dos dados abertos na promoção da transparência, não foram identificados reflexos no controle social. Por isso, é importante que as IFES divulguem a disponibilização dos dados abertos e promovam a utilização desses dados, seja em atividade de ensino, de pesquisa ou de extensão, a fim de estimular controle social.

4.2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA DE DADOS INTERNOS DA UAEADTec

Nesta seção serão apontados, na percepção dos atores internos e externos, os dados relevantes para disponibilização de forma ativa.

Desta maneira, foi questionado aos entrevistados sobre os dados considerados prioritários para abertura de forma ativa na UAEADTec. A primeira fase da análise de conteúdo foi a pré-análise das informações, com a listagem de cada elemento levantado.

Em seguida, na fase de tratamento e interpretação das informações, foi realizada a categorização dos dados obtidos. A categorização foi criada pela pesquisadora, embasada pela bibliografia presente nesta pesquisa, especialmente no estudo de Arruda (2019), que propôs a Catalogação das Bases de Dados abertos da UFRPE. Desta maneira, conforme aponta Bardin (2016), a categorização corresponde a classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento, com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos.

O Quadro 19 aponta, detalhadamente, cada elemento de dados levantado nas entrevistas e seu agrupamento em conjuntos de dados.

Quadro 19– Dados relevantes para disponibilização de forma ativa na percepção dos atores internos

GRUPO DE DADOS	CONJUNTOS DE DADOS	ELEMENTOS VINCULADOS
ADMINISTRATIVO	Dados Administrativos da EAD	Dados dos polos da UAB Editais da UAB Lista do apoio discente Lista dos coordenadores de cursos Lista de docentes Lista de tutores Polos da UAB
CONCURSOS	Processos Seletivos	Editais de seleção Processos seletivos de professores e tutores Processos de alocação de professores
DESPESAS E ORÇAMENTO	Financeiro	Dados sobre a execução financeira Recursos recebidos da UAB
	Diárias e Passagens	Despesas detalhadas de custeio (viagens; passagens; diárias)
DOCUMENTOS	Relatórios	Avaliação dos professores
ENSINO	Ensino de Graduação	Censo da Educação Superior a Distância de Graduação Dados dos cursos de graduação a distância Dados sobre egressos Dados sobre evasão Dados sobre desistentes Disciplinas de graduação a distância Dispensa de disciplinas Ementa de cursos Eventos: feiras, congressos, seminários, simpósios Informações sobre ingresso nos cursos de graduação Informações sobre oferta de cursos de graduação Lista de matrizes curriculares de graduação Quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação Oferta curso-polo Projeto pedagógico Taxa de sucesso
INSTITUCIONAL	Dados Institucionais	Órgãos colegiados e funcionamento Programa UAB e principais diferenças do modelo presencial de educação Programas e projetos desenvolvidos UAEADTec e relação de fomento com a CAPES
PESSOAS	Pessoas	Despesas com pagamentos de pessoal Lista de professores bolsistas Lista de tutores bolsistas Pessoal contratado
PÓS-GRADUAÇÃO	Pós-Graduação	Censo da Educação Superior a Distância de Pós-Graduação Dados dos cursos de pós-graduação a Distância Quantitativo de alunos de pós-graduação Turmas de pós-graduação

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme observado no Quadro 19, destacaram-se 8 grupos de dados, 9 conjuntos de dados e 42 elementos vinculados.

Quanto à percepção dos atores externos acerca da demanda por informações da sociedade, foi questionado aos respondentes se a maior demanda por informações se referia a dados administrativos, a dados pedagógicos ou a outros tipos de dados. Na fase de pré-análise foram listadas todas as ocorrências, em seguida foi realizada a exploração dos dados obtidos. O Quadro 20 aponta o detalhamento das ocorrências.

Quadro 20 – Demanda de dados pela sociedade

ID	DADOS
Respondente 1	Pedagógicos
Respondente 2	Administrativos Pedagógicos
Respondente 3	Pedagógicos
Respondente 4	Outros: demanda de público
Respondente 5	Pedagógicos
Respondente 6	Pedagógicos
Respondente 7	Administrativos
Respondente 8	Pedagógicos
Respondente 9	Pedagógicos
Respondente 10	Pedagógicos
Respondente 11	Pedagógicos
Respondente 12	Pedagógicos
Respondente 13	Pedagógicos
Respondente 14	Pedagógicos
Respondente 15	Administrativos
Respondente 16	Administrativos Pedagógicos
Respondente 17	Administrativos Pedagógicos

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Assim, o Quadro 20 mostra que, do universo de respondentes, 82,35% declararam que a maior demanda é por dados pedagógicos, enquanto 29,41% declararam que é por dados administrativos; por fim, 5,88% declararam outros. Na Figura 9 está demonstrada graficamente a distribuição desses dados.

Considerando as experiências apresentadas, observa-se que, nos polos de apoio presencial, a maior demanda por informações é relacionada a assuntos pedagógicos. Assim, enquanto parte do processo de estruturação da Política de Dados Abertos, os Coordenadores de Polos da UAB são peças-chave na detecção da demanda por informações da comunidade.

Figura 9 – Representação gráfica da demanda pela sociedade na percepção dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto à percepção dos atores externos sobre a priorização de dados para disponibilização de forma ativa, o Quadro 21 aponta a categorização dos elementos de dados levantados nas respostas e seu agrupamento em conjuntos de dados.

Quadro 21 – Priorização de dados para disponibilização de forma ativa

GRUPO DE DADOS	CONJUNTOS DE DADOS	ELEMENTOS VINCULADOS
ADMINISTRATIVO	Dados Administrativos da EAD	Competência do corpo docente Competência do corpo técnico Dados dos polos da UAB Editais da UAB
CONCURSOS	Processos Seletivos	Editais de seleção
DESPESAS E ORÇAMENTO	Financeiro	Recursos recebidos da UAB
ENSINO	Ensino de Graduação	Censo da Educação Superior a Distância de Graduação Dados dos cursos de Graduação a Distância Dados sobre egressos Dados sobre evasão Informações sobre ingresso nos cursos de Graduação Informações sobre oferta de cursos de Graduação Metodologia de ensino Quantitativo de alunos matriculados nos cursos de Graduação Número de vagas ofertadas - curso Oferta curso-polo Recursos tecnológicos utilizados na modalidade EAD
INSTITUCIONAL	Dados Institucionais	IPES ofertantes Programa UAB e principais diferenças do modelo presencial de educação
PESSOAS	Pessoas	Pessoal atuante nos polos
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	Pesquisa	Informações sobre pesquisas desenvolvidas
	Pós-Graduação	Censo da Educação Superior a Distância de Pós-Graduação Dados dos cursos de Pós-Graduação a Distância Quantitativo de alunos de Pós-Graduação

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como observado no Quadro 21, destacaram-se 7 grupos de dados, 8 conjuntos de dados e 25 elementos vinculados.

Nota-se que entre os elementos de dados mencionados pelos atores internos e externos, há uma semelhança considerável, o que ratifica a necessidade da abertura desses dados.

A seguir será apresentado o mapeamento dos dados administrativos/ financeiros e acadêmicos mencionados nas solicitações de informação pela sociedade via Plataforma Fala.BR.

4.3. MAPEAMENTO DOS DADOS ADMINISTRATIVOS/FINANCEIROS E ACADÊMICOS CONSIDERADOS ESTRATÉGICOS PELA ÓTICA DO ACESSO À INFORMAÇÃO DAS EAD DAS UNIVERSIDADES

Buscando mapear os dados administrativos/ financeiros e acadêmicos considerados estratégicos pela ótica do acesso à informação das EAD das IFES integrantes do programa UAB, a primeira fase da análise de conteúdo da pesquisa documental foi a pré-análise das informações. Assim, a pesquisadora requisitou por meio do SIC, que tem a Plataforma Fala.BR como sua ferramenta principal, o levantamento de todas as solicitações encaminhadas pela sociedade às IFES integrantes do programa, com o tema EAD e/ou UAB no período de 2020-2021.

Dessa forma, na fase de exploração do material, as fontes relacionadas às informações coletadas por meio do sistema Fala.BR receberam as identificações com a sigla da instituição e o número de solicitações recebidas por cada IFES, a fim de obter uma dimensão numérica desse *corpus* de dados, conforme detalhado no Quadro 22.

Quadro 22 – Solicitações via LAI por IFES

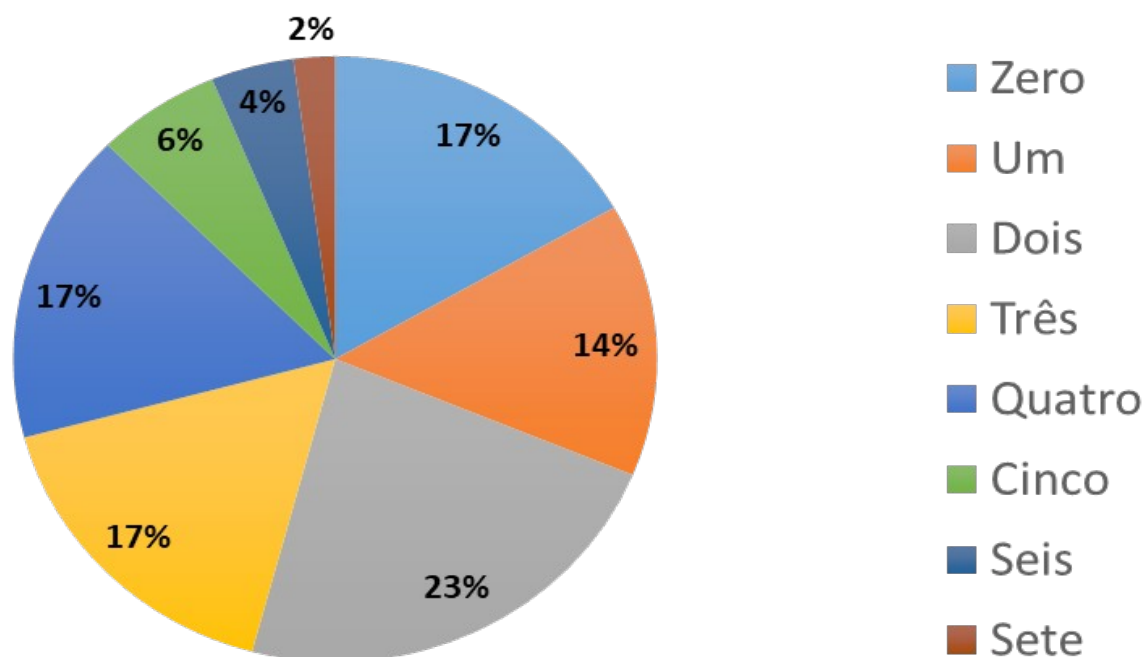
NÚMERO DE SOLICITAÇÕES NO PERÍODO DE 2020 - 2021			
ID	Nº	ID	Nº
UFAM	0	UFU	2
UFJF	0	UNIVASF	2
UFMG	0	UFRN	3
UFOP	0	UFT	3
UFPR	0	UFVJM	3
UFSM	0	UNIFEI	3
UFTM	0	UNIFESP	3
UNILA	0	UNIR	3

UFAC	1	UFC	3
UFPA	1	UFGD	3
UFPeI	1	UFMA	4
UFRGS	1	UFPE	4
UFRR	1	UFRB	4
UNIPAMPA	1	UFSC	4
UNIRIO	1	UFSCar	4
FURG	2	UFAL	4
UFABC	2	UFF	4
UFES	2	UNILAB	4
UFG	2	UFBA	5
UFLA	2	UFRPE	5
UFMS	2	UnB	5
UFMT	2	UFERSA	6
UFRJ	2	UNIFAP	6
UFRRJ	2	UNIFAL-MG	7
TOTAL: 119			
MÉDIA: 2,48			

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) não estava cadastrada no sistema Fala.BR, portanto, não foi considerada no estudo. Na Figura 10 está demonstrada graficamente a incidência da quantidade de solicitações recebidas pelas IFES.

Figura 10 – Incidência de quantidade de solicitações recebidas pelas IFES



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Assim, a média de solicitações recebidas é de 2,48 por IFES. A maior parte das instituições recebeu entre 2 e 4 solicitações no período examinado.

4.3.1. Atendimento à LAI

Na fase de tratamento e interpretação das informações, foi averiguado o atendimento à LAI quanto à solicitação de informação encaminhada pela pesquisadora via Plataforma Fala.BR às instituições, a fim de identificar se as IFES cumpriram o prazo que ordena a Lei.

Conforme preconiza o Art. 11 da LAI “O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível”. No § 1º do mesmo artigo, a lei estabelece que, não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade deverá responder a solicitação de informação em prazo não superior a 20 (vinte) dias, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente, conforme previsto no § 2º (BRASIL, 2011).

Assim, quanto ao cumprimento de prazo previsto na LAI, o Quadro 23 aponta o detalhamento do tempo de resposta de cada instituição.

Quadro 23 – Prazo de atendimento das solicitações por IFES

TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES			
ID	DIAS	ID	DIAS
UFAM	0	UFU	7
UFJF	25	UNIVASF	0
UFMG	25	UFRN	4
UFOP	19	UFT	21
UFPR	0	UFVJM	0
UFSM	12	UNIFEI	4
UFTM	4	UNIFESP	0
UNILA	5	UNIR	13
UFAC	25	UFC	0
UFPA	11	UFGD	35
UFPeI	35	UFMA	4
UFRGS	19	UFPE	5
UFRR	11	UFRB	12
UNIPAMPA	5	UFSC	4
UNIRIO	35	UFSCar	20
FURG	4	UFAL	0
UFABC	0	UFF	35
UFES	12	UNILAB	4

UFG	0	UFBA	28
UFLA	5	UFRPE	11
UFMS	0	UnB	0
UFMT	40	UFERSA	25
UFRJ	4	UNIFAP	35
UFRRJ	20	UNIFAL-MG	0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Desse modo, tem-se um total de 36 (trinta e seis) IFES que cumpriram o prazo estabelecido na LAI. Destas, 12 (doze) concederam acesso imediato: UFAM, UFPR, UFABC, UFG, UFMS, UNIVASF, UFVJM, UNIFESP, UFC, UFAL, UnB e UNIFAL-MG. Além disso, 6 (seis) IFES solicitaram prorrogação de 10 (dez) dias e responderam dentro desse prazo: UFJF, UFMG, UFAC, UFT, UFBA e UFERSA; e 6 (seis) IFES não cumpriram o prazo informado na legislação: UFPel, UNIRIO, UFGD, UFF, UFMT e UNIFAP.

Como apontou o estudo realizado por Arruda (2019), que fez um levantamento sobre a disponibilização dos PDAs pelas IFES, destas que não atenderam o prazo conforme determina a legislação, a UFPel, a UNIRIO, a UFF e a UFMT já possuíam PDA em 2019. Já a UNIFAP estava com o PDA em construção, enquanto a UFGD não o possuía PDA, à época. Este cenário indica que, mesmo não atendendo ao prazo previsto em Lei, a maioria das universidades que não cumpriram esse prazo já havia instituído a Política de Dados Abertos e já possuíam PDA com vistas ao direcionamento da priorização dos dados produzidos e sua disponibilização em formato aberto, ainda assim, não atenderam ao prazo estabelecido na LAI.

4.3.2. Mapeamento dos Conjuntos de Dados

Nesta etapa da análise de conteúdo foi realizada o levantamento de todos os elementos vinculados encontrados nas solicitações. Os dados foram organizados pela pesquisadora em planilhas do *Excel*, utilizando recursos como o da tabela dinâmica, a fim de identificar os temas tratados e a frequência de ocorrência nas IFES, conforme observado no Quadro 24.

Quadro 24 – Levantamento dos elementos vinculados e frequência de ocorrência nas IFES

Nº	ID	ELEMENTOS VINCULADOS	FREQUÊNCIA
1	UFSC	Balanços de entradas e saídas de recursos anuais	1
2	UNIFAP	Calendário das atividades	1

		acadêmicas	
3	UnB, UFGD, UFG, UFMT, UFBA, UFRB, UNILAB, UFAL, UFPE, UFC, UFMA, UFRN, UFRPE, UFERSA, UFRR, UFAC, UNIFAP, UFT, UNIFEI, UFLA, UFSCar, UFU, UFABC, UNIRIO, UFRJ, UFVJM, UFF, UFRRJ, UFPel, UFSC, UNIPAMPA, FURG, UFRGS	Censo da Educação Superior a Distância	33
4	UFC, UNIFAL-MG	Censo da Educação Superior a Distância (Pós-Graduação)	2
5	UFT, UFSCar	Censo de alunos com deficiência na Graduação e Pós-Graduação e ferramentas de acessibilidade utilizadas	2
6	UFRB	Cursos de Extensão a Distância para docentes	1
7	UFRB	Cursos de Extensão a Distância para idosos	1
8	UnB, UFGD, UFBA, UNILAB, UFPE, UNIVASF, UFRPE, UFERSA, UNIFAP, UNIFAL-MG, UFSCar, UNIFESP, UFF	Cursos Online (MOOC's)	13
9	UFERSA	Dados dos cursos de Extensão a Distância	1
10	UnB, UFG, UFMA, UFRN, UFERSA, UNIR, UFAL-MG	Dados dos Cursos de Graduação a Distância	7
11	UFMS, UNILAB, UFERSA, UNIFAL-MG	Dados dos Cursos de Pós-Graduação a Distância	4
12	UNIFAL-MG, UNIFEI, UFSC, UFVJM	Dados institucionais	4
13	UnB	Dados sobre a execução financeira	1
14	UFERSA, UNIFEI	Dados sobre egressos	2
15	UFGD, UFMT, UFBA, UFRB, UNILAB, UFAL, UFPE, UFC, UFMA, UFRN, UFRPE, UFERSA, UFRR, UFAC, UNIFAP, UFT, UNIFEI, UFLA, UFSCar, UFU, UFABC, UFES, UNIRIO, UFRJ, UFVJM, UFF, UFRRJ, UFPel, UFSC, UNIPAMPA, UFRGS	Dados sobre evasão	31
16	UFSC	Despesas com pagamentos de pessoal	1
17	UFSC	Despesas detalhadas de custeio (viagens; passagens; diárias)	1
18	UnB, UFGD, UFMT, UFRB	Disciplinas de Graduação a Distância	4
19	UFSC	Disponibilidades em caixa de todas as fontes e rubricas atualizadas	1
20	UFF	Ementa de cursos	1
21	UFRPE	Identificar a quantidade de alunos matriculados oriundos de comunidades indígenas e quilombolas	1
22	UnB	Indicadores sociais dos discentes	1
23	UFRPE	Informações dos valores de bolsas	1

24	UFF, UFAL	Informações sobre acessibilidade do AVA	2
25	FURG	Informações sobre direitos autorais no ambiente virtual para curso na modalidade EAD	1
25	UFU	Informações sobre ingresso nos cursos da Graduação	1
26	UNIFESP	Informações sobre Ingresso nos cursos da Graduação e Pós-Graduação	1
27	FURG	Informações sobre o quantitativo de cursos ofertados	1
28	UFABC, UFVJM	Informações sobre oferta de cursos da Graduação	2
29	UNIFAP	Lista das matrizes curriculares da Graduação	1
30	UnB	Lista dos coordenadores de cursos	1
31	UnB, UFG	Matriculados nas turmas de Graduação a Distância	2
32	UFRPE	Pessoal contratado	1
33	UFMA, UFRPE, UNIR, UFSCar	Processos seletivos de tutores, coordenadores e professores da EAD	4
34	UFG, UFRN, UFES	Projeto pedagógico	3
35	UFAL	Qualidade e experiências com processos educativos por meios digitais contendo, especialmente, as informações dos cursos dos estudantes participantes	1
36	UFMS	Quantitativo de alunos de Pós-Graduação	1
37	FURG	Quantitativo de docentes e técnicos	1
38	UFVJM	Quantitativos de docentes que atuam na EAD e lotação	1
39	UFC, UFLA	Questionários de avaliação dos docentes aplicados aos discentes EAD	2
40	UFC, UFLA	Relatórios de avaliação dos docentes	2
41	UFC, UFLA	Resoluções internas de avaliação da docência	2
42	UnB	Trancamento de matrícula	1
43	UFMS	Turmas de Pós-Graduação	1
44	UFPA, UFRRJ	Uso de software para transparência ativa e especificações	2
45	UnB, UFGD, UFBA	Utilização de plataformas e acessibilidade para alunos com deficiência	3

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Deste modo, foram encontrados 45 (quarenta e cinco) elementos de dados, dentre eles, nota-se a predominância de solicitações de informações acerca do Censo da Educação Superior a Distância, com 33 (trinta e três) ocorrências; dados sobre evasão, com 31 (trinta e uma) ocorrências; e Cursos Online (*MOOC's*), com 13 (treze)

ocorrências. O *Massive Open Online Course (MOOC)* é um curso Online Aberto e Massivo ofertado na *Web* por meio do AVA.

No tocante à fase de tratamento dos dados e interpretação, o primeiro passo foi identificar quais IFES já haviam disponibilizado seus respectivos PDAs no ano anterior ao período definido como escopo da pesquisa, 2020-2021. Dessa maneira, no estudo realizado por Arruda (2019), foi identificada a disponibilização dos PDAs das IFES brasileiras e o *status* em que eles se encontravam. Com isso, foi possível observar se as universidades federais que integram o programa UAB possuíam ou não PDA no ano de 2019, conforme o Quadro 25.

Quadro 25 – Apresentação dos PDAs por IFES

VERIFICAÇÃO DO PDA NAS IFES INTEGRATES DA UAB			
ID	DIAS	ID	DIAS
UFAM	Possuía PDA	UFU	Em Construção
UFJF	Possuía PDA	UNIVASF	Possuía PDA
UFMG	Em Construção	UFRN	Possuía PDA
UFOP	Possuía PDA	UFT	Em Construção
UFPR	Em Construção	UFVJM	Possuía PDA
UFSM	Possuía PDA	UNIFEI	Possuía PDA
UFTM	Possuía PDA	UNIFESP	Em Construção
UNILA	Em Construção	UNIR	Sem PDA
UFAC	Sem PDA	UFC	Em Construção
UFPA	Em Construção	UFGD	Sem PDA
UFPEl	Possuía PDA	UFMA	Possuía PDA
UFRGS	Possuía PDA	UFPE	Em Construção
UFRR	Possuía PDA	UFRB	Possuía PDA
UNIPAMPA	Possuía PDA	UFSC	Em Construção
UNIRIO	Possuía PDA	UFSCar	Em Construção
FURG	Em Construção	UFAL	Em construção
UFABC	Possuía PDA	UFF	Possuía PDA
UFES	Possuía PDA	UNILAB	Possuía PDA
UFG	Possuía PDA	UFBA	Em construção
UFLA	Possuía PDA	UFRPE	Em construção
UFMS	Possuía PDA	UnB	Possuía PDA
UFMT	Possuía PDA	UFERSA	Possuía PDA
UFRJ	Possuía PDA	UNIFAP	Em construção
UFRRJ	Em Construção	UNIFAL-MG	Possuía PDA

Fonte: Adaptado de Arruda (2019).

À vista disso, de acordo com os dados da investigação no ano de 2019, 28 (vinte e oito) IFES possuíam PDA, representando 58,33% do universo da pesquisa. Além

disso, 17 (dezesete) IFES estavam com o PDA em construção, representando 35,41% do universo. Por fim, 3 (três) IFES não possuíam PDA, representando 6,25% do universo.

Como observou Arruda (2019), as demonstrações dos dados priorizados pelas IFES que disponibilizaram seus PDAs, não observaram um padrão de quais dados deveriam ser priorizados, não havia determinações de quais bases de dados deveriam ser abertas.

Diante disso, pela frequência das solicitações com o tema “Censo da Educação Superior a Distância”, “Dados sobre Evasão” e “Cursos Online (*MOOC's*)” pode-se inferir que tais dados ou não foram contemplados na priorização de abertura de dados nos respectivos PDAs, ou foram contemplados na priorização de abertura de dados e não foram disponibilizados, ou não estão facilmente identificáveis nos portais das IFES.

A fim de averiguar se os portais das IFES que receberam solicitações com os temas explicitados acima continham dados com tais temas, foram realizadas buscas nos *sites* das instituições com as respectivas temáticas de ocorrência. Dessa forma, os Quadros 26, 27 e 28 apontam se esses dados foram ou não encontrados nos portais.

Quadro 26 – Informações sobre Censo da Educação Superior a Distância nos portais das IFES

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA			
ID	STATUS	ID	STATUS
UFAC	Não encontrado	UFSC	Não encontrado
UFAL	Não encontrado	UFABC	Não encontrado
UFBA	Não encontrado	UFLA	Não encontrado
UFC	Não encontrado	UNIRIO	Não encontrado
UFERSA	Não encontrado	UFRRJ	Não encontrado
UFGD	Não encontrado	UFT	Não encontrado
UFMA	Não encontrado	UFRJ	Não encontrado
UFMT	Não encontrado	UNIFEI	Não encontrado
UFPE	Não encontrado	UFES	Não encontrado
UFRB	Não encontrado	UFSCar	Não encontrado
UFRN	Encontrado	UFVJM	Não encontrado
UFRPE	Encontrado	UFF	Não encontrado
UFRR	Não encontrado	UFPEl	Não encontrado
UNIFAP	Não encontrado	UFRGS	Não encontrado
UNILAB	Não encontrado	UFU	Não encontrado
UNIPAMPA	Não encontrado	FURG	Não encontrado
Unb	Não encontrado		

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quadro 27 – Dados sobre Evasão nos portais das IFES

DADOS SOBRE EVASÃO			
ID	STATUS	ID	STATUS
UFAC	Não encontrado	UFSC	Não encontrado
UFAL	Não encontrado	UFABC	Não encontrado
UFBA	Não encontrado	UFLA	Não encontrado
UFC	Não encontrado	UNIRIO	Não encontrado
UFERSA	Não encontrado	UFRRJ	Não encontrado
UFGD	Não encontrado	UFT	Não encontrado
UFMA	Não encontrado	UFRJ	Não encontrado
UFMT	Não encontrado	UNIFEI	Não encontrado
UFPE	Não encontrado	UFES	Não encontrado
UFRB	Não encontrado	UFSCar	Não encontrado
UFRN	Não encontrado	UFVJM	Não encontrado
UFRPE	Não encontrado	UFF	Não encontrado
UFRR	Não encontrado	UFPeI	Não encontrado
UNIFAP	Não encontrado	UFRGS	Não encontrado
UNILAB	Não encontrado	UFU	Não encontrado
UNIPAMPA	Não encontrado		

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quadro 28 – Informações sobre Cursos Online (*MOOC's*) nos portais das IFES

CURSOS ONLINE (<i>MOOC'S</i>)			
ID	STATUS	ID	STATUS
UFGD	Não encontrado	UFERSA	Não encontrado
UFBA	Não encontrado	UNIFAP	Não encontrado
UNILAB	Não encontrado	UNIFAL-MG	Não encontrado
UFPE	Não encontrado	UFSCar	Não encontrado
UNIVASF	Não encontrado	UNIFESP	Não encontrado
UFRPE	Não encontrado	UFF	Não encontrado
UnB	Não encontrado		

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Assim, foi possível ratificar que os dados com maiores incidências nas solicitações realizadas pela comunidade na plataforma Fala.BR, de fato, não estão disponíveis nos portais das IFES. Apenas nas UFRN e URRPE foram encontrados dados referentes ao censo da educação superior.

Um estudo realizado por Nunes (2018) observou que o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) citou, como objetivo para abertura de dados em seu PDA, a redução dos pedidos via SIC. Deste modo, é importante que as instituições reavaliem os conjuntos de dados disponibilizados de acordo com a demanda da sociedade e comunidade acadêmica.

Diante disso, na próxima seção será apresentada a categorização dos conjuntos de dados com os elementos vinculados dessas solicitações.

4.3.3. Categorização dos Conjuntos de Dados

Na última fase da análise de conteúdo realizou-se a categorização dos conjuntos de dados a partir da identificação dos elementos vinculados referentes às requisições de informações da comunidade e da mensuração da frequência de cada elemento.

O Quadro 29 aponta, detalhadamente, cada elemento de dados levantado e seu agrupamento em conjuntos de dados, a fim de que estes sejam facilmente identificados e entendidos.

Como pode ser observado no Quadro 29, destacaram-se 10 grupos de dados, 14 conjuntos de dados e 50 elementos vinculados. A vinculação se estabeleceu de acordo com a aproximação do conteúdo tratado na análise documental. A próxima seção tratará os resultados obtidos nas entrevistas.

Com o Quadro 29 foi feita a triangulação dos dados obtidos na análise documental, nas entrevistas e no questionário estruturado, a fim de apresentar um Relatório Técnico com os conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes do sistema UAB. Assim, esse Relatório Técnico consta no Apêndice I.

Quadro 29 – Conjuntos de Dados elaborados com base na demanda da sociedade

GRUPO DE DADOS	CONJUNTOS DE DADOS	ELEMENTOS VINCULADOS
ADMINISTRATIVO	Dados Administrativos da EAD	Lista dos coordenadores de cursos Quantitativo de docentes Quantitativo de técnicos
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Acessibilidade	Ferramentas de acessibilidade utilizadas Informações de acessibilidade no AVA Utilização de plataformas e acessibilidade para alunos com deficiência
	Bolsas	Informações dos valores de bolsas
	Indicadores Sociais	Indicadores sociais da Graduação Indicadores sociais da Pós-Graduação Alunos matriculados oriundos de comunidades indígenas e quilombolas
CONCURSOS	Processos Seletivos	Processos seletivos de tutores, coordenadores e professores da EAD
DESPESAS E ORÇAMENTO	Financeiro	Balanços de entradas e saídas de recursos anuais Dados sobre a execução financeira Disponibilidades em caixa de todas as fontes e rubricas atualizadas
	Diárias e Passagens	Despesas detalhadas de custeio (viagens; passagens; diárias)
DOCUMENTOS	Relatórios	Relatórios de avaliação dos docentes

		Questionários de avaliação dos docentes aplicados aos discentes EAD
	Resoluções	Resoluções internas de avaliação da docência
ENSINO	Ensino de Graduação	Calendário das atividades acadêmicas Censo da Educação Superior a Distância de Graduação Censo de alunos com deficiência na Graduação Dados dos cursos de Graduação a Distância Dados sobre egressos Dados sobre evasão Disciplinas de Graduação a Distância Ementa de cursos Informações sobre ingresso nos cursos de Graduação Informações sobre oferta de cursos de Graduação Lista de matrizes curriculares de Graduação Quantitativo de alunos matriculados nos cursos de Graduação Projeto pedagógico Trancamento de matrícula
EXTENSÃO	Extensão	Cursos de Extensão a Distância para Docentes Curso de Extensão para idosos Cursos Online (MOOC's) Dados dos cursos de Extensão a Distância Informações sobre direitos autorais no ambiente virtual para curso na modalidade EAD Qualidade e experiências com processos educativos por meios digitais contendo, especialmente, as informações dos cursos dos estudantes participantes
INSTITUCIONAL	Dados Institucionais	Dados institucionais Uso de software para transparência ativa e especificações
PESSOAS	Pessoas	Despesas com pagamentos de pessoal Lista de docentes e lotação Lista de técnicos Pessoal Contratado
PÓS-GRADUAÇÃO	Pós-Graduação	Calendário das Atividades Acadêmicas Censo da Educação Superior a Distância de Pós-Graduação Censo de alunos com deficiência de Pós-Graduação Dados dos Cursos de Pós-Graduação a Distância Quantitativo de alunos de Pós-Graduação Turmas de Pós-Graduação

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A seguir serão apresentadas as considerações finais da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito delinear os conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes do sistema UAB, como demandas de dados administrativos/financeiros e acadêmicos. A triangulação de dados, a partir da pesquisa documental, entrevistas e questionário estruturado permitiram identificar a demanda de dados sob ótica da sociedade, dos atores internos da UFRPE e dos atores externos que constituem os polos da UAB ligados à UAEADTec.

A justificativa desta pesquisa possibilitou o diagnóstico de como as EAD estão contribuindo para a promoção de dados abertos ativos, disponibilizados por iniciativa do próprio ente público, em cumprimento à lei e às normas internas das universidades às quais pertencem; e aos aspectos didático-pedagógicos aplicados com os alunos dessa modalidade.

Dessa maneira, a pesquisa foi realizada em 5 capítulos, sendo apresentados da forma descrita a seguir.

No capítulo 1 foi apresentada a introdução deste estudo, a fim de contextualizar o que sugere o tema e delimitar a pesquisa. Também foram apresentadas a pergunta de pesquisa e os objetivos traçados.

O capítulo 2 trouxe a revisão da literatura, buscando embasar o tema da pesquisa perante a bibliografia existente, bem como perante a legislação aplicada ao objeto de estudo.

O capítulo 3 apresentou os procedimentos metodológicos adotados, partindo do levantamento bibliográfico, levantamento documental, procedimentos de coleta e análise dos dados. Destaca-se que além do levantamento bibliográfico, pesquisa documental, coleta de dados e análise de conteúdo, aplicou-se a triangulação dos dados, a fim de ratificar e validar os resultados da pesquisa na apresentação do Relatório Técnico contendo os conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes do Sistema UAB, conforme Apêndice D. O estudo foi considerado quantitativo-qualitativo e exploratório-descritivo.

O capítulo 4 apontou os resultados obtidos na pesquisa, atendendo aos objetivos específicos por meio dos dados encontrados e pelas respostas trazidas pelas análises.

Com as entrevistas, foi possível refletir sobre a importância da transparência ativa e do controle social na percepção dos atores internos e externos à UFRPE,

inseridos no contexto da UAEADTec. Assim, percebeu-se que promover transparência e controle social vai além de disponibilizar informações, é necessário dar condições técnicas e acessíveis para que a sociedade de fato participe da administração pública, enquanto financiadores e destinatários dos serviços públicos.

Primeiramente, foi feita uma reflexão sobre a importância da UAB na educação superior brasileira e, a partir daí, foi possível observar que a maior contribuição do Programa UAB é a expansão da educação superior no interior do Brasil.

Em seguida, foi analisada a percepção dos atores internos da UFRPE acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal, demonstrada no Quadro 12. Assim, notou-se que para desenvolver o trabalho de abertura de dados, o primeiro passo seria o nivelamento de conhecimento dos participantes acerca da importância dessa política a fim de garantir adesão dos responsáveis na preparação das informações que serão divulgadas, garantindo a fidedignidade dos dados apresentados.

Quanto às dificuldades para abertura de dados no âmbito da UAEADTec, foi possível constatar que a principal dificuldade para abertura de dados é a falta de recursos humanos dedicados a trabalhar com a abertura de dados e auxiliar as Unidades, possibilitando a organização, sistematização e disponibilização desses dados.

Com o questionário estruturado a pesquisa pôde observar a percepção dos atores externos acerca do papel dos dados abertos em promover transparência e controle social. Apesar de os atores reconhecerem a importância dos dados abertos na promoção da transparência e do controle, a maioria declarou ter pouco conhecimento acerca da Política de Dados Abertos do Governo Federal.

O levantamento da demanda de dados internos da UAEADTec, para disponibilização de forma aberta, permitiu verificar que, no geral, há compatibilidade entre os dados considerados prioritários pelos atores internos e os dados considerados prioritários pelos atores externos. Desse modo, é necessário que os setores responsáveis por essas informações avaliem formas de adequá-las ao formato aberto ou então busquem soluções informatizadas.

Com o levantamento documental foi possível mapear os dados administrativos/financeiros e acadêmicos considerados estratégicos pela ótica do acesso à informação das EAD das universidades. Assim, após a análise de conteúdo das informações obtidas por meio da Plataforma Fala.bR, foi possível categorizar os conjuntos dados, como demonstrado no Quadro 29. Por fim, com a triangulação dos dados obtidos na análise documental, nas entrevistas e no questionário estruturado foi

elaborado um Relatório Técnico com a apresentação dos conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes do sistema UAB, conforme Apêndice V.

Entre as limitações dessa pesquisa, pode-se apontar a implantação recente da Plataforma Fala.BR e o fato de as instituições ainda estarem se adaptando ao sistema, dificultando a mensuração dos resultados; o fato de não abordar a perspectiva dos usuários de dados abertos da UFRPE, como alunos e comunidade acadêmica no geral; e a reduzida quantidade de estudos direcionados ao tema desta pesquisa, limitando o embasamento teórico.

Ademais, como sugestão de pesquisas futuras aponta-se temas relacionados a pesquisas incluindo todas as IPES integrantes do Programa UAB, a fim de que haja outros parâmetros comparativos com o objeto desta pesquisa, trazendo novos aspectos de investigação sobre a temática desta pesquisa; análise dos portais de dados abertos das EAD integrantes ou não do Sistema UAB; e a perspectiva do usuário de dados abertos da EAD.

Esse estudo representou o mapeamento de dados administrativos/financeiros e acadêmicos considerados estratégicos pela ótica do acesso à informação para as EAD integrantes do Programa UAB. Dessa forma, as informações obtidas poderão contribuir para divulgação de dados pelas IFES, que poderão utilizar os conjuntos de dados apresentados nesta pesquisa e disponibilizá-los à sociedade em formato aberto.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, W. Dados Abertos Governamentais: uma proposta de classificação e estruturação para abertura dos dados em instituições federais de ensino superior. **Dissertação...** Dissertação do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP). UFRPE. 2019.

BAKA, V. Co-creating an open platform at the local governance level: How openness is enacted in Zambia. **Government Information Quarterly**. 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2016.

BELINSKI, R. A Transparência Ativa sobre as aquisições públicas nos portais das Instituições Federais de Ensino Superior. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2017, Curitiba. **Anais...** Paraná: Intercom, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0034-1.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2020.

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. XXIII, n. 78, p. 117-142, abril/2002.

BERTIN, P. FORTALEZA, J. SILVA, A. OKAWACHI, M. A Parceria para Governo Aberto como plataforma para o avanço da Ciência Aberta no Brasil. **Transinformação**. 2019. v. 31, e190020.

BRAGA, C. F.; TUZZO, S. A. Dados abertos à brasileira: aspecto de uma cidadania denegada. **Revista Comunicação & Inovação**, v. 18, n. 37, p. 48-65, maio-ago 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 21 mar. 2022.

_____. **Decreto nº 7.724**, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, Distrito Federal, 2012b.

_____. **Decreto nº 8.777**, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Brasília, Distrito Federal, 2016b.

_____. **Decreto nº 10.160**, de 09 de dezembro de 2019. Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto. Brasília, Distrito Federal, 2019.

_____. **Decreto nº 10.332**, de 28 de abril de 2020. Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, Distrito Federal, 2020b.

_____. **Decreto nº 5.800**, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, Distrito Federal, 2006.

_____. **Instrução Normativa nº 04**, de 12 de abril de 2012. Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA. Brasília, Distrito Federal, 2012a. Disponível em: <<https://dados.gov.br/pagina/instrucao-normativa-da-inda>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

_____. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º no inciso II do § 3º do 98 art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, Distrito Federal, 2011b.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Distrito Federal, 1996.

_____. **Portaria Interministerial nº 140**, de 16 de março de 2006. Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 2006.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU. **Manual do Fala.BR**. [online] Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/falabr>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CORDENAÇÃO DE AERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plano de Dados Abertos outubro/2020 a outubro/2022**. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/PlanodeDadosAberto_sdaCAPES20202022.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

DAHL, R. A. **Sobre a Democracia**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DREHMER, A. F.; RAUPP, F. M. Comparando Transparência Passiva na esfera estadual: Executivo, Legislativo e Judiciário. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, mai/ago, 2018.

FARIA, A. C. **Manual Prático para Elaboração de Monografias**: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ-ZAPATA, F.; HEEKS, R. The multiple meanings of open government data: understanding different stakeholders and their perspectives. **Government Information Quarterly**, [online], v. 32, n. 4, out. 2015, p. 441-452.

HERNANDES, P. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. **Ensaio**: avaliação de políticas públicas educacionais. v. 25, n. 95, p. 283-307. Rio de Janeiro. abr/jun 2017.

KAZMIER, L. J. **Estatística Aplicada à Economia e Administração**. São Paulo: Pearson Makron Books. (Coleção Schaum). 1982.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- MARTINS, A. NASCIMENTO, V. SOUZA, F. Avaliação Institucional em polos do sistema Universidade Aberta do Brasil. 2018. **Educação e Realidade**. v. 43. n.1. p 239-244.
- MICHENER, G. CONTRERAS, E. NISKIER, I. Da opacidade à transparência: avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. 2018. **Revista de Administração Pública**. v. 52. n. 4. p 610-629.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Monitoramento da rede federal de educação**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzIxYTYxOTUtZGM3OC00MWQ4LThtZTgtZDE5YTUzN2UwMTRlIiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- MOURA, M. Política de Governança Digital Brasileira: em pauta a participação social e a transparência ativa. 2016. **Revista Ágora**. v. 1, n. 1, p 121-125.
- NUNES, V. Plano de Dados Abertos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Dissertação...** Dissertação do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP). UFV. 2018.
- OLIVEIRA, G. P. Estratégias multidimensionais para a avaliação da aprendizagem em cursos on line. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 66, p. 105-38, jan./mar. 2010.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, L.; SANTOS, C. Intended and unintended consequences of innovation adoption: open government data adoption by the Federal District of Brazil. 2019. **Revista Eletrônica de Administração**. v. 25, n. 1, p 1-25.
- POSSAMAI, A. J. Dados abertos no Governo Federal brasileiro: desafios de transparência e interoperabilidade. **Tese...** Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- RIBEIRO, C.; PEREIRA, D. A publicação de dados governamentais abertos: proposta de revisão da classe sobre Previdência Social do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico. **TransInformação**, v. 27, n. 1, p. 73-82. 2015.
- RIBEIRO, C.; ALMEIDA, R. Dados abertos governamentais (Open Government Data): instrumento para exercício de cidadania pela sociedade. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2011. p. 2568-2580.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANCHEZ, C.; MARCHIORI, P. Participação Popular no Contexto das iniciativas de Governo Aberto: revisão sistemática da literatura. 2017. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**. v.2, n.2, p 103-118.

SILVA, L.M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, P.; KERR-PINHEIRO, M. Métrica alternativa para dados governamentais abertos na América Latina. 2019. **Transinformação**, v. 31, n.1. p 1-15.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Resolução nº 045 de 03 de agosto de 2017**. Disponível em: <<https://bit.ly/2Rrzh47>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

_____. **Resolução nº 134 de 05 de novembro de 2021**. Disponível em: <<http://ww2.ouvidoria.ufrpe.br/content/documentos>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

VERMA, N. et al. **National Informatics Centre of India. E-government Tool Kit for Developing Countries**. New Delhi: Unesco, Asia Pacific Regional Bureau for Communication and Information: National Informatics Centre, Dept. of Information Technology, Govt. of India, 2005.

ZORZAL, L.; RODRIGUES, G, M. Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de governança. **Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, n. 61, p. 1-18, 2015.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência - Reposicionando o Debate. UFSC, Florianópolis, **Revista Contemporânea de Contabilidade**. v. 12, n. 25, p. 137-158, jan./abr. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p137>. Acesso em: 03 jul. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Lista IFES integrantes do Sistema UAB

Quadro 30 - IFES integrantes do Sistema UAB

IFES integrantes da UAB			Sigla
Nº	Estado	Universidade	
1	Distrito Federal	Universidade de Brasília	UnB
2	Mato Grosso do Sul	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD
3	Goiás	Universidade Federal de Goiás	UFG
4	Mato Grosso	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT
5	Mato Grosso do Sul	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS
6	Bahia	Universidade Federal da Bahia	UFBA
7	Bahia	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB
8	Ceará	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB
	Bahia		
9	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas	UFAL
10	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE
11	Ceará	Universidade Federal do Ceará	UFC
12	Maranhão	Universidade Federal do Maranhão	UFMA
13	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN
14	Pernambuco	Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF
	Bahia		
	Piauí		
15	Pernambuco	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE
16	Rio Grande do Norte	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA
17	Rondônia	Universidade Federal de Rondônia	UNIR
18	Roraima	Universidade Federal de Roraima	UFRR
19	Acre	Universidade Federal do Acre	UFAC
20	Amapá	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP
21	Amazonas	Universidade Federal do Amazonas	UFAM
22	Pará	Universidade Federal do Pará	UFPA
23	Tocantins	Universidade Federal do Tocantins	UFT
24	Minas Gerais	Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL-MG
25	Minas Gerais	Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI
26	Minas Gerais	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF
27	Minas Gerais	Universidade Federal de Lavras	UFLA
28	Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG

IFES integrantes da UAB			Sigla
Nº	Estado	Universidade	
29	Minas Gerais	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP
30	São Paulo	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar
31	Minas Gerais	Universidade Federal de São João del-Rei	UFSJ
32	São Paulo	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP
33	Minas Gerais	Universidade Federal de Uberlândia	UFU
34	São Paulo	Universidade Federal do ABC	UFABC
35	Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES
36	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO
37	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ
38	Minas Gerais	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM
39	Minas Gerais	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM
40	Rio de Janeiro	Universidade Federal Fluminense	UFF
41	Rio de Janeiro	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ
42	Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA
43	Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas	UFPel
44	Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
45	Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
46	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA
47	Paraná	Universidade Federal do Paraná	UFPR
48	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande	FURG
49	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

APÊNDICE II - Solicitação de informações às universidades integrantes da UAB por meio da plataforma Fala.BR

A presente pesquisa, intitulada “Transparência Ativa: uma proposta de abertura de dados no contexto da Universidade Aberta do Brasil”, está sob a responsabilidade da pesquisadora Michelle Lima Celestino, discente do Mestrado Profissional em Administração Pública Rede Nacional (PROFIAP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) sob a orientação do Prof. Dr. Jorge da Silva Correia Neto.

Objetiva definir os conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pela Educação a Distância (EAD) das universidades integrantes do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Dessa forma, solicitamos a apresentação de todas as informações requisitadas pela sociedade, no período 2020-2021, por meio da Plataforma Fala.BR, podendo ser os relatórios do SIC e da autoridade de monitoramento da LAI, envolvendo dados da educação a distância, especificamente, do sistema UAB.

APÊNDICE III - Roteiro de entrevista utilizado para os Coordenadores de Cursos, Coordenadora Geral dos Cursos de Graduação, Coordenador da UAB e Diretor Acadêmico da UAEADTec da UFRPE realizada por meio da ferramenta *Google Meet*.

Convidamos o(a) senhor(a) para participar como entrevistado deste trabalho, a fim de desenvolver a pesquisa intitulada “Transparência Ativa: uma proposta de abertura de dados no contexto da Universidade Aberta do Brasil” que está sob a responsabilidade da pesquisadora Michelle Lima Celestino, discente do Mestrado Profissional em Administração Pública Rede Nacional (PROFIAP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) sob a orientação do Prof. Dr. Jorge da Silva Correia Neto.

Um dos objetivos do estudo é a apresentação de um Relatório Técnico com os conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas estruturas organizacionais de Educação a Distância (EAD) das universidades federais integrantes do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O público-alvo desta pesquisa são as EAD das universidades federais integrantes do sistema UAB, como fonte de demandas externas, e os Coordenadores de Cursos, Coordenadora Geral dos Cursos de Graduação, Coordenador da UAB, Coordenadores de Polos e Diretor Acadêmico da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da UFRPE, como fonte de demandas internas.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e só serão divulgadas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo da sua participação.

Os dados coletados por esta entrevista ficarão armazenados em computador pessoal da pesquisadora pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Obrigada por sua colaboração!

Quadro 31 – Esboço do roteiro de entrevista

Nº	PERGUNTA	OBJETIVO	BASEADA NO AUTOR (A)
1	Fale um pouco sobre a sua formação e carreira profissional.	Conhecer a vida profissional do participante.	NUNES
2	Fale um pouco da importância da UAB na Educação Superior.	Conhecer sua visão acerca do sistema UAB.	HERNANDES
3	Você conhece a Política de Dados Abertos?	Identificar, na percepção dos atores, a política de dados abertos em promover a transparência, o controle social.	POSSAMAI
4	Você conhece o instrumento “Plano de Dados Abertos (PDA)” da UFRPE?	Identificar, na percepção dos atores, o papel do PDA em promover a transparência e a qualidade na gestão pública.	POSSAMAI
5	Você acredita que a abertura de dados promove maior transparência e controle social?	Identificar, na percepção dos atores, o papel da abertura de dados na promoção da transparência	NUNES
6	Há algum dado da Educação a Distância que você considera relevante para a abertura de forma ativa, ou seja, disponibilizado por iniciativa da instituição?	Identificar, na percepção dos atores, os dados relevantes para disponibilização de forma ativa.	ARRUDA
7	Na sua opinião, quais dados da Educação a Distância deveriam ser priorizados para abertura? Por quê?	Identificar, na percepção dos atores, os dados relevantes para disponibilização de forma ativa.	ARRUDA
8	Quais problemas enfrentados para abertura de dados da Educação a distância, especificamente do sistema UAB?	Identificar, na percepção dos atores, os problemas enfrentados para abertura de dados.	HERNANDES

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

APÊNDICE IV - Formulário aplicado aos Coordenadores de Polos por meio da ferramenta *Google Forms*

*PROJETO DE PESQUISA APROVADO NA CEP (CAAE: 51670021.9.00009547 - Número do Parecer: 5.102.256). Pesquisa aceita e anuída pela Administração Superior da UFRPE.

TRANSPARÊNCIA ATIVA: UMA PROPOSTA DE ABERTURA DE DADOS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **TRANSPARÊNCIA ATIVA: UMA PROPOSTA DE ABERTURA DE DADOS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **MICHELLE LIMA CELESTINO**, residente na rua Porto Vitória, 404, Iputinga, Recife-PE CEP: 50731-450 – Cel: (81) 985133563 e e-mail para contato: mi.limacele@gmail.com.

A pesquisa está sob a orientação de: **JORGE DA SILVA CORREIA NETO** Telefone: (81) 999772892, e-mail: jorgecorreinaneto@gmail.com.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

➤ **Descrição da pesquisa:** o presente estudo se justifica por possibilitar a identificação do nível de abertura de dados públicos e acesso às informações nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrantes do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), em relação à legislação vigente e à disponibilidade das informações por meio da transparência ativa.

Além disso, possibilita diagnosticar como as estruturas organizacionais de Educação a Distância (EAD) das universidades federais integrantes do programa estão contribuindo para a promoção de dados abertos ativos, ou seja, disponibilizados por iniciativa do próprio ente público por meio de levantamento de informações quanto ao cumprimento da legalidade e normas internas das universidades as quais pertencem, mas também dos aspectos didático-pedagógicos aplicados com os alunos dessa modalidade.

Como objetivo geral o presente estudo buscará delinear os conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD destas universidades.

➤ **Esclarecimento do período de participação do voluntário na pesquisa, início, término e número de visitas para a pesquisa:** Os dados serão coletados em fontes oficiais de Dados Abertos, nos portais das universidades integrantes do sistema da UAB, utilizando o sistema Fala.BR para coleta de informações, e por meio de entrevista e aplicação de questionário estruturado, utilizando a ferramenta Google Meeting e Forms, aplicados aos servidores da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da UFRPE e aos Coordenadores de Polos da UAB ligados à UFRPE, respectivamente.

➤ **RISCOS diretos para o voluntário:** o desenvolvimento da pesquisa conjectura a existência de riscos eventuais para identificação do respondente e/ou cansaço durante o preenchimento do formulário. Os riscos apresentam nível baixo, de modo que serão atenuados e seus efeitos negativos minimizados. Em relação à identificação do respondente, a entrevista e o formulário de pesquisa apresentam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) indicando que as informações adquiridas no estudo serão utilizadas somente para o desenvolvimento da pesquisa, bem como que a coleta destes dados não possui fins financeiros e nem serão repassadas a

terceiros, com atendimento às disposições elencadas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Ainda que contenha seção de caracterização do perfil do respondente, a entrevista e o formulário analisam o polo da UAB de atuação, a função exercida, tempo de serviço no local, e, por fim, nível de qualificação, dirimindo o risco de uma eventual identificação pessoal por parte dos respondentes. Assim, o contato entre o pesquisador e respondentes ocorrerá em ambiente virtual, de acordo com os dispositivos do Ofício Circular N° 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

➤ **BENEFÍCIOS diretos e indiretos para os voluntários:** a Política de Dados abertos tem o objetivo de publicar e disseminar informações públicas na web de forma a permitir que os cidadãos possam aplicar e utilizar no desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, o cidadão tem na democratização do acesso à informação a ferramenta de que precisa para fiscalizar as ações governamentais. Assim, os conjuntos de dados que serão disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes do sistema UAB, como instrumento da transparência ativa, é a prática necessária para inclusão e participação da população. Dessa forma, os benefícios da pesquisa mostram-se superiores aos riscos identificados.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, por meio de entrevista e aplicação de formulário, utilizando as ferramentas do Google Meeting e Forms, ficarão armazenados no computador pessoal da pesquisadora, sob a responsabilidade do Prof. Jorge da Silva Correia Neto, no endereço Rua Porto Vitória, 404, Iputinga, Recife-PE CEP: 50731-450, pelo período mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRPE no endereço: Rua Manoel de

Medeiros, S/N Dois Irmãos – CEP: 52171-900 Telefone: (81) 3320.6638 / e-mail: cep@ufrpe.br (1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE, ao lado da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores). Site: www.cep.ufrpe.br.

Quadro 32 – Formulário aplicado aos Coordenadores de Polos da UAB

Eu, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar da pesquisa TRANSPARÊNCIA ATIVA: UMA PROPOSTA DE ABERTURA DE DADOS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Aceito.

Não aceito.

* Preenchimento obrigatório

1- Endereço de e-mail*:

2 – Nome*:

3 – Escolaridade*:

Graduação

Mestrado

Doutorado

Pós-Doutorado

4 – Informar o polo da UAB o qual coordena*:

5 - Qual o seu tempo médio de experiência na Coordenação do polo?*

Menos de 01 ano

Entre 01 e 02 anos

Entre 02 e 05 anos

Mais de 05 anos

6 - Como você considera seu nível de conhecimento sobre a Política de Dados Abertos do Governo Federal? *

- Não conheço
 Conheço pouco
 Conheço medianamente
 Conheço muito

7 - Quão importante você considera a abertura de dados para promoção da transparência e do controle social na gestão pública? *

- Não é importante
 Pouco importante
 Importante medianamente
 Muito importante

8 – Com base em sua experiência e realidade do seu polo de atuação, quais dados são mais demandados pela sociedade*:

- Dados administrativos
 Dados pedagógicos
 Não são solicitados dados ao seu polo
 Outros

9 – Com base na pergunta anterior, quais dados da Educação a Distância deveriam ser priorizados para abertura de forma ativa, ou seja, que estejam disponíveis por iniciativa da instituição para conhecimento da sociedade? *:

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

APÊNDICE V - Relatório Técnico

DADOS GERAIS	
Título: Relatório Técnico da Base de Dados da Educação a Distância para disponibilização ativa	
<p>Resumo: A Política de Dados Abertos foi instituída por meio do Decreto 8.777/2016, objetivando fomentar a oferta de dados e informações acessíveis ao público e possibilitando sua utilização livremente, de forma a permitir que os usuários possam aplicar e utilizar no desenvolvimento da sociedade. Essa abertura pode se dar de forma ativa, que é aquela na qual o ente público abre informações sobre seus atos, ou passiva, que é aquela em que o ente responde a uma informação requerida pelo usuário. No contexto do ensino superior brasileiro, o Ministério da Educação (MEC) engloba, além das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), também, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na CAPES, além do Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), existe também o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), que coordena todas as ações de Educação a Distância (EAD) no país e tem uma importância fundamental na expansão do ensino superior. Dessa forma, o relatório apresenta os conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas diversas estruturas de EAD das universidades integrantes do sistema UAB a fim de promover a transparência ativa e o controle social na gestão pública.</p>	
<p>Instituição/Setor: Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec).</p>	<p>Público-Alvo da iniciativa: Universidade Aberta do Brasil (UAB), pesquisadores da Educação e da Administração Pública</p>
<p>Descrição da situação-problema: Em 2020, a CAPES divulgou seu Plano de Dados Abertos (PDA) para o biênio de outubro de 2020 a outubro de 2022, em consonância ao disposto nos incisos II, III e VI do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI). O citado documento destaca as metas cumpridas no biênio anterior e apresenta a proposta de abertura de novos dados, que passarão por revisões e ajustes periodicamente. A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) é uma das IFES que implementa cursos do Programa UAB, por meio dos polos conveniados e, demonstrando que a abertura de dados deixou de ser uma preocupação apenas de renomadas instituições públicas, aprovou, por meio da Resolução nº 045, de 03 de agosto de 2017, seu PDA 2017-2018, objetivando não só o atendimento à legislação, como também a participação social na definição da Política de Dados Abertos. Em 2019 foi aberta uma consulta pública para atualização do inventário de suas bases de dados, com previsão de aprovação ainda no primeiro semestre de 2022 pelo Comitê de Governança Digital (CGD) da UFRPE. Assim, mostra-se crucial conhecer os indicadores e resultados da EAD no âmbito público federal como forma de prestar contas à sociedade dos investimentos dispendidos no programa da UAB, por meio da identificação dos conjuntos de dados que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes da UAB, visando não só ao cumprimento legal de acesso à informação, mas também a um posicionamento estratégico de tratamento e disponibilização da informação produzida, auxiliando a UAEADTec na elaboração do seu próprio PDA.</p>	
<p>Objetivos:</p>	

- Mapear os conjuntos de dados, tanto administrativos como educacionais, que devem ser disponibilizados de forma ativa pelas EAD das universidades integrantes do sistema UAB, como demandas de dados dos usuários, tanto externos como internos à UFRPE;
- Diminuir as demandas solicitadas via Plataforma fala.BR.

ANÁLISE/DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) é um sistema de acesso a informações e ouvidoria do Governo Federal. A plataforma integrada permite a qualquer cidadão encaminhar pedidos de informações públicas e manifestações a mais de 300 órgãos e entidades do Governo Federal, além de outras duas mil instâncias de todos os entes e poderes da federação, como estados, municípios e serviços sociais autônomos que aderiram ao sistema (CGU, 2020). Assim, além do registro de pedidos e manifestações, a plataforma integrada permite acompanhar o cumprimento dos prazos; consultar as respostas recebidas; entrar com recursos; apresentar reclamações; entre outras ações, em conformidade com a LAI e o Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos. No período de 2020-2021 foram recebidas 119 solicitações de informação pela plataforma com a temática EAD/UAB, apresentando uma média de 2,48 solicitações por IFES nesse período. Destacaram-se os seguintes temas: Censo da Educação Superior a Distância; dados sobre evasão e Cursos Online (*MOOC's*). Diante disso, pela frequência das solicitações com os temas, pode-se inferir que tais dados ou não foram contemplados na priorização de abertura de dados nos respectivos Planos de Dados Abertos (PDA) das instituições, ou foram contemplados na priorização de abertura de dados e não foram disponibilizados, ou não estão facilmente identificáveis nos portais das IFES. Ademais, reduzir o tempo entre a necessidade e o acesso a esses dados é uma forma de aumentar a eficiência da máquina pública e pode aumentar o conhecimento acerca do Sistema UAB e fortalecer o conhecimento acerca dos seus resultados para a educação brasileira.

RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

O delineamento dos conjuntos de dados foi realizado a partir da literatura sobre o tema e a identificação dos elementos vinculados referentes às requisições de informações da comunidade e da mensuração da frequência de cada elemento, por meio de levantamento documental na Plataforma Fala.BR. Além disso, os atores internos da UAEADTec (Coordenadores de cursos, Coordenadora Geral dos Cursos de Graduação, Coordenador da UAB e o Diretor Acadêmico da UAEADTec) foram entrevistados a fim de identificar, na percepção destes importantes atores internos, os dados mais relevantes para disponibilização de forma ativa. Por fim, os atores externos, constituindo-se nos Coordenadores de Polos da UAB ligados à UAEADTec, responderam um questionário estruturado a fim de identificar, na percepção destes atores externos, a priorização de dados para disponibilização de forma ativa. Com a triangulação e análise desses dados, foi possível propor os conjuntos de dados apresentados no Quadro 1, que aponta, detalhadamente, cada elemento de dados levantado e seu agrupamento em conjuntos de dados, a fim de que estes sejam facilmente identificados e entendidos.

Quadro 1 – Base de Dados da EAD para disponibilização ativa.

GRUPO DE DADOS	CONJUNTOS DE DADOS	ELEMENTOS VINCULADOS
ADMINISTRATIVO	Dados Administrativos da EAD	Competência do corpo docente Competência do corpo técnico Dados dos polos da UAB Editais da UAB Lista de <i>apoio discente</i> Lista de coordenadores de cursos Lista de docentes Lista de tutores Polos da UAB Quantitativo de docentes Quantitativo de técnicos
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Acessibilidade	Ferramentas de acessibilidade utilizadas Informações de acessibilidade no AVA Utilização de plataformas e a Acessibilidade para alunos com deficiência
	Bolsas	Informações dos valores de bolsas
	Indicadores Sociais	Indicadores sociais da Graduação Indicadores sociais da Pós-Graduação Alunos matriculados oriundos de comunidades indígenas e quilombolas
CONCURSOS	Processos Seletivos	Editais de seleção Processos seletivos de tutores, coordenadores e professores da EAD Processos de alocação de professores
DESPESAS E ORÇAMENTO	Financeiro	Balancos de entradas e saídas de recursos anuais Dados sobre a execução financeira Disponibilidades em caixa de todas as fontes e rubricas atualizadas Recursos recebidos do Programa UAB
	Diárias e Passagens	Despesas detalhadas de custeio (viagens; passagens; diárias)
DOCUMENTOS	Relatórios	Relatórios de avaliação dos docentes Questionários de avaliação dos docentes aplicados aos discentes da modalidade EAD
	Resoluções	Resoluções internas de avaliação da docência
ENSINO	Ensino de Graduação	Calendário das atividades acadêmicas Censo da Educação Superior a Distância de Graduação Censo de alunos com deficiência na Graduação Dados dos cursos de Graduação a Distância Dados sobre desistentes Dados sobre egressos Dados sobre evasão Disciplinas de Graduação a Distância Dispensa de disciplinas Ementa de cursos Eventos: feiras, congressos, seminários, simpósios Informações sobre ingresso nos cursos de Graduação Informações sobre oferta de cursos de Graduação Lista de matrizes curriculares de Graduação Metodologia de ensino Número de vagas ofertadas - curso Oferta curso-polo Quantitativo de alunos matriculados nos cursos de Graduação

		Oferta curso-polo Projeto pedagógico Recursos tecnológicos utilizados na modalidade EAD Trancamento de matrícula Taxa de sucesso
EXTENSÃO	Extensão	Cursos de Extensão a Distância para Docentes Curso de Extensão para idosos Cursos Online (MOOC's) Dados dos cursos de Extensão a Distância Informações sobre direitos autorais no ambiente virtual para curso na modalidade EAD Qualidade e experiências com processos educativos por meios digitais contendo, especialmente, as informações dos cursos dos estudantes participantes
INSTITUCIONAL	Dados Institucionais	Dados Institucionais Órgãos colegiados e funcionamento Programa UAB e principais diferenças do modelo presencial de educação Programas e projetos desenvolvidos UEADTec e relação de fomento com a CAPES Uso de software para transparência ativa e especificações
PESSOAS	Pessoas	Despesas com Pagamentos de pessoal Lista de docentes e lotação Lista de professores bolsistas Lista de tutores bolsistas Lista de técnicos Pessoal atuante nos polos Pessoal contratado
PÓS-GRADUAÇÃO	Pós-Graduação	Calendário das atividades acadêmicas Censo da Educação Superior a Distância de Pós-Graduação Censo de alunos com deficiência de Pós-Graduação Dados dos Cursos de Pós-Graduação a Distância Quantitativo de alunos de Pós-Graduação Turmas de Pós-Graduação

Fonte: a autora (2022).

RESPONSÁVEIS

Discente: Michelle Lima Celestino

E-mail: michelle.limacelestino@ufrpe.br

Orientador: Jorge da Silva Correia Neto – jorge.correianeto@ufrpe.br

E-mail: jorge.correianeto@ufrpe.br

Data de elaboração: 03 de maio de 2022.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, W. Dados Abertos Governamentais: uma proposta de classificação e estruturação para abertura dos dados em instituições federais de ensino superior. **Dissertação...** Dissertação do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP). UFRPE. 2019.

BAKA, V. Co-creating an open platform at the local governance level: How openness is enacted in Zambia. **Government Information Quarterly**. 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2016.

BELINSKI, R. A Transparência Ativa sobre as aquisições públicas nos portais das Instituições Federais de Ensino Superior. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2017, Curitiba. **Anais...** Paraná: Intercom, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0034-1.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2020.

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. XXIII, n. 78, p. 117-142, abril/2002.

BERTIN, P. FORTALEZA, J. SILVA, A. OKAWACHI, M. A Parceria para Governo Aberto como plataforma para o avanço da Ciência Aberta no Brasil. **Transinformação**. 2019. v. 31, e190020.

BRAGA, C. F.; TUZZO, S. A. Dados abertos à brasileira: aspecto de uma cidadania denegada. **Revista Comunicação & Inovação**, v. 18, n. 37, p. 48-65, maio-ago 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 21 mar. 2022.

_____. **Decreto nº 7.724**, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, Distrito Federal, 2012b.

_____. **Decreto nº 8.777**, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Brasília, Distrito Federal, 2016b.

_____. **Decreto nº 10.160**, de 09 de dezembro de 2019. Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto. Brasília, Distrito Federal, 2019.

_____. **Decreto nº 10.332**, de 28 de abril de 2020. Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, Distrito Federal, 2020b.

_____. **Decreto nº 5.800**, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, Distrito Federal, 2006.

_____. **Instrução Normativa nº 04**, de 12 de abril de 2012. Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA. Brasília, Distrito Federal, 2012a. Disponível em: <<https://dados.gov.br/pagina/instrucao-normativa-da-inda>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

_____. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, Distrito Federal, 2011b.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Distrito Federal, 1996.

_____. **Portaria Interministerial nº 140**, de 16 de março de 2006. Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 2006.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU. **Manual do Fala.BR**. [online] Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/falabr>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CORDENAÇÃO DE AERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plano de Dados Abertos outubro/2020 a outubro/2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/PlanoDeDadosAbertosdaCAPES20202022.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

DAHL, Robert, A. **Sobre a Democracia**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DREHMER, A. F.; RAUPP, F. M. Comparando Transparência Passiva na esfera estadual: Executivo, Legislativo e

Judiciário. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, mai/ago, 2018.

FARIA, A. C. **Manual Prático para Elaboração de Monografias**: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ-ZAPATA, F.; HEEKS, R. The multiple meanings of open government data: understanding different stakeholders and their perspectives. **Government Information Quarterly**, [online], v. 32, n. 4, out. 2015, p. 441-452.

HERNANDES, P. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. **Ensaio**: avaliação de políticas públicas educacionais. v. 25, n. 95, p. 283-307. Rio de Janeiro. abr/jun 2017.

KAZMIER, L. J. **Estatística Aplicada à Economia e Administração**. São Paulo: Pearson Makron Books. (Coleção Schaum). 1982.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, A. NASCIMENTO, V. SOUZA, F. Avaliação Institucional em polos do sistema Universidade Aberta do Brasil. 2018. **Educação e Realidade**. v. 43. n.1. p 239-244.

MICHENER, G. CONTRERAS, E. NISKIER, I. Da opacidade à transparência: avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. 2018. **Revista de Administração Pública**. v. 52. n. 4. p 610-629.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Monitoramento da rede federal de educação**. Disponível em: [https://app.powerbi.com/view?](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzIxYTYxOTUzZGM3OC00MWQ4LThtZTgtZDE5YTUzN2UwMTRlIiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGV)

[r=eyJrIjoiYzIxYTYxOTUzZGM3OC00MWQ4LThtZTgtZDE5YTUzN2UwMTRlIiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGV](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzIxYTYxOTUzZGM3OC00MWQ4LThtZTgtZDE5YTUzN2UwMTRlIiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGV) kY1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9. Acesso em: 14 jun. 2021.

MOURA, M. Política de Governança Digital Brasileira: em pauta a participação social e a transparência ativa. 2016. **Revista Ágora**. v. 1, n. 1, p 121-125.

NUNES, V. Plano de Dados Abertos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Dissertação...** Dissertação do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP). UFV. 2018.

OLIVEIRA, G. P. Estratégias multidimensionais para a avaliação da aprendizagem em cursos on line. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 18, n. 66, p. 105-38, jan./mar. 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, L.; SANTOS, C. Intended and unintended consequences of innovation adoption: open government data adoption by the Federal District of Brazil. 2019. **Revista Eletrônica de Administração**. v. 25, n. 1, p 1-25.

POSSAMAI, A. J. Dados abertos no Governo Federal brasileiro: desafios de transparência e interoperabilidade. **Tese...** Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

RIBEIRO, C.; PEREIRA, D. A publicação de dados governamentais abertos: proposta de revisão da classe sobre Previdência Social do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico. **TransInformação**, v. 27, n. 1, p. 73-82. 2015.

RIBEIRO, C.; ALMEIDA, R. Dados abertos governamentais (Open Government Data): instrumento para exercício de cidadania pela sociedade. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2011. p. 2568-2580.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANCHEZ, C. S, MARCHIORI, P. Z. A Participação Popular no Controle das Iniciativas de Governo Aberto: revisão sistemática da literatura. PGPCI/UFPB. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - RPPI**, v. 2, n. 2, p. 103- 118, dez. 2017.

SILVA, P.; KERR-PINHEIRO, M. Métrica alternativa para dados governamentais abertos na América Latina. 2019. **Transinformação**, v. 31, n. 1, p 1-15.

SILVA, L.M. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Resolução nº 045 de 03 de agosto de 2017**. Disponível em: <<https://bit.ly/2Rrzh47>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

_____. **Resolução nº 134 de 05 de novembro de 2021.** Disponível em: <
<http://ww2.ouvidoria.ufrpe.br/content/documentos>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

VERMA, N. et al. **National Informatics Centre of India. E-government Tool Kit for Developing Countries.** New Delhi: Unesco, Asia Pacific Regional Bureau for Communication and Information: National Informatics Centre, Dept. of Information Technology, Govt. of India, 2005.

ZORZAL, L.; RODRIGUES, G, M. Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de governança. **Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, n. 61, p. 1-18, 2015.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência - Reposicionando o Debate. UFSC, Florianópolis, **Revista Contemporânea de Contabilidade**. v. 12, n. 25, p. 137-158, jan./abr. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p137>. Acesso em: 03 jul. 2021.